

conferência das **MULHERES INDÍGENAS**



FICHA TÉCNICA DO E-BOOK DA 1ª. CONFERÊNCIA NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS

Autoria:

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES
INDÍGENAS – ANMIGA

Realização:

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES
INDÍGENAS – ANMIGA
MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS – MPI
MINISTÉRIO DAS MULHERES – MM

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES
INDÍGENAS – ANMIGA

Diretora Executiva
Joziléia Kaingang

Secretária Executiva
Rosenilda Luciano

Coordenação de Promoção de Direitos das
Mulheres e Meninas Indígenas
Jaqueline Aranduhá

Coordenação do Bem Viver
Bárbara Tupinikim
Cristiane Pankararu

Coordenação de Articulação Política
Watatakalu Yawalapiti

Equipe de Elaboração Técnica
Rosenilda Luciano
Carolina Santana
Keila Gadelha
Samela Sateré Mawé

Fotos:

Daniele Guajajara
Sandyele Sateré Mawé

Edição e Diagramação
Jaú Ribeiro Vieira

Relatoria e Sistematização das propostas
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais – FLACSO Brasil

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS – MPI

Ministra de Estado
Sonia Guajajara

Secretário Executivo
Eloy Terena

Secretária Nacional de Articulação e
Promoção de Direitos Indígenas
Giovana Mandulão

Coordenadora de Políticas para as Mulheres
Eliamara Terena

MINISTÉRIO DAS MULHERES

Ministra de Estado
Marcia Helena Carvalho Lopes

Secretária Executiva
Eulália Barbosa Rodrigues Naves

Secretária Nacional de Enfrentamento à
Violência contra Mulheres
Estela Bezerra

Diretora de Proteção de Direitos
Maura Luciane Conceição de Souza

Coordenadora-Geral de Prevenção à
Violência contra Mulheres
Simone Cristina Souza

APRESENTAÇÃO

A 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas representa um marco histórico na consolidação do protagonismo político das mulheres indígenas no Brasil. Realizada em agosto de 2025, em Brasília, a Conferência reuniu aproximadamente cinco mil mulheres indígenas de todas as regiões do país, expressando a diversidade de povos, territórios, línguas e realidades socioculturais.

Com o tema “Mulheres Guardiãs do Planeta pela Cura da Terra”, o encontro constituiu-se como um espaço estratégico de escuta, articulação e formulação de propostas voltadas ao fortalecimento de políticas públicas específicas, interculturais e territorializadas. A iniciativa foi construída de forma colaborativa pelo Ministério das Mulheres, pelo Ministério dos Povos Indígenas e pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), em diálogo com organizações indígenas e instituições parceiras.

A Conferência foi precedida por um amplo processo de mobilização nacional, estruturado em etapas regionais realizadas em diferentes territórios. Nessas etapas preparatórias, foram debatidas as demandas locais, consolidadas as propostas e eleitas as delegadas responsáveis por representar suas regiões na etapa nacional, garantindo legitimidade e participação democrática ao processo.

Os debates foram organizados em eixos estratégicos que abordaram temas centrais como:

- Defesa e gestão territorial;
- Emergência climática e justiça ambiental;
- Enfrentamento às violências contra mulheres indígenas;
- Saúde integral e valorização dos saberes ancestrais;
- Educação, cultura e fortalecimento das identidades indígenas;
- Participação política e incidência institucional.

A realização da Conferência também dialogou com a mobilização nacional da IV Marcha das Mulheres Indígenas, fortalecendo a visibilidade das pautas prioritárias e reafirmando o compromisso com a defesa dos direitos constitucionais, da autodeterminação dos povos e da proteção dos territórios tradicionais.

Mais do que um evento pontual, a 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas consolidou-se como um instrumento estruturante de participação social, contribuindo para a formulação, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas voltadas às mulheres indígenas, com base nos princípios do bem-viver, da justiça climática e do respeito à diversidade étnica e cultural do país.



SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA	5
DA CONFERÊNCIA DAS MULHERES INDÍGENAS	5
METODOLOGIA	6
CAMINHOS ATÉ A	7
CONFERÊNCIA NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS.....	7
CONSTRUÇÃO COLETIVA	8
EIXOS DA CONFERÊNCIA PROPOSTAS QUE VEM DAS BASES	9
DIREITO E GESTÃO TERRITORIAL	9
SAÚDE	10
EDUCAÇÃO E A TRANSMISSÃO DOS SABERES ANCESTRAIS PARA O BEM VIVER	10
POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	11
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA.....	11
ETAPAS REGIONAIS: VOZES QUE VEM DO TERRITÓRIO	12
ETAPA AROEIRA	12
ETAPA ARAUCÁRIA	13
ETAPA JUREMA.....	14
ETAPA CASTANHEIRA	15
IETAPA MANGABEIRA	16
ETAPA SAPOPEMA	17
ETAPA SUMAÚMA	18
ETAPA NACIONAL	19
PROPOSTAS PRIORIZADAS E APROVADAS NA ETAPA NACIONAL	22
APRESENTAÇÃO.....	23
PROPOSTAS PRIORIZADAS E APROVADAS PELOS EIXOS TEMÁTICOS	23
EIXOTEMÁTICO 1: DIREITO E GESTÃO TERRITORIAL.....	23
EIXO TEMÁTICO 2: EMERGÊNCIA CLIMÁTICA	27
EIXO TEMÁTICO 3: POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	31
EIXO TEMÁTICO 4: SAÚDE.....	37
EIXO TEMÁTICO 5: EDUCAÇÃO E A TRANSMISSÃO DE SABERES ANCESTRAIS PARA O BEM VIVER	40
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	64

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA CONFERÊNCIA DAS MULHERES INDÍGENAS

A 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas marcou um ponto de inflexão na história da participação política indígena no Brasil. Sua relevância histórica não esteve apenas na dimensão do encontro, mas no reconhecimento formal das mulheres indígenas como sujeitas centrais na construção de agendas públicas nacionais.

A Conferência consolidou décadas de organização, resistência e articulação das mulheres nos territórios, transformando reivindicações históricas em diretrizes políticas sistematizadas. Ao institucionalizar esse espaço de participação, o Estado brasileiro reconheceu a necessidade de políticas públicas construídas com base na escuta direta, na diversidade cultural e na autonomia dos povos.

Tratou-se de um marco porque reposicionou as mulheres indígenas como lideranças estratégicas nas discussões sobre direitos, justiça climática, enfrentamento às violências e desenvolvimento sustentável. Mais do que um momento simbólico, a Conferência estabeleceu um precedente político: políticas que afetam os povos indígenas deveriam ser construídas com protagonismo feminino indígena.

Seu legado histórico manifestou-se na consolidação de um novo patamar de incidência política, fortalecendo a democracia participativa e reafirmando o papel das mulheres indígenas na defesa da vida, dos territórios e do futuro coletivo.



METODOLOGIA

A 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas foi estruturada a partir de uma metodologia participativa, territorializada e intercultural, assegurando que as propostas apresentadas na etapa nacional fossem resultado de um processo coletivo, construído desde as bases. A organização priorizou a escuta ativa, o respeito às especificidades regionais e a valorização dos saberes tradicionais como fundamentos políticos e metodológicos.

Antes da realização da etapa nacional, foram promovidas etapas territoriais e regionais em diferentes partes do país. Esses encontros preparatórios tiveram como objetivos:

- Mapear demandas locais e regionais;
- Promover debates a partir das realidades específicas de cada território;
- Sistematizar propostas prioritárias;
- Eleger delegadas para representação na etapa nacional.

As etapas territoriais possibilitaram ampla participação de mulheres indígenas de diferentes povos, faixas etárias e contextos – aldeados, urbanos, ribeirinhos e de retomada – garantindo legitimidade ao processo e fortalecendo a articulação regional. Esse percurso consolidou uma construção ascendente, na qual as decisões nacionais refletiram diretamente as vozes dos territórios.

Metodologia de Construção Coletiva

Durante todo o processo, foram utilizados círculos de diálogo, plenárias, grupos de trabalho temáticos e sistematizações coletivas. A metodologia priorizou:

- A oralidade e os saberes ancestrais como formas legítimas de produção de conhecimento;
- A construção de consensos e deliberações coletivas;
- A participação intergeracional, envolvendo jovens, lideranças e anciãs;
- O fortalecimento da autonomia política das mulheres indígenas.

Essa abordagem assegurou que o documento final da Conferência fosse resultado de uma construção plural e representativa.

Os debates foram organizados em eixos estratégicos que orientaram as discussões nas etapas territoriais e na etapa nacional. Entre os principais eixos destacaram-se:

1. Território e Justiça Climática – Defesa dos territórios tradicionais, proteção ambiental e enfrentamento aos impactos das mudanças climáticas.

2. Enfrentamento às Violências – Combate às violências de gênero, racismo, violência institucional e proteção das mulheres indígenas.

3. Saúde Integral e Bem-Viver – Fortalecimento da saúde indígena diferenciada, valorização dos saberes tradicionais e cuidado coletivo.

4. Educação, Cultura e Comunicação – Promoção da educação escolar indígena, preservação das línguas e fortalecimento da comunicação própria.

5. Participação Política e Incidência – Ampliação da representação das mulheres indígenas nos espaços de decisão e formulação de políticas públicas.

A organização em eixos permitiu aprofundar os debates, sistematizar propostas concretas e estruturar diretrizes capazes de orientar políticas públicas de alcance nacional. Assim, a metodologia adotada e o percurso territorial garantiram que a Conferência não fosse um evento isolado, mas a culminância de um processo democrático, construído desde os territórios e fundamentado na diversidade e na força política das mulheres indígenas.

CAMINHOS ATÉ A CONFERÊNCIA NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS

A Primeira Conferência Nacional das Mulheres Indígenas foi resultado de um amplo e contínuo processo de mobilização, articulação política e fortalecimento do protagonismo feminino indígena, desde os territórios até a etapa nacional. Os caminhos percorridos para a sua realização envolveram organização de base, a promoção de encontros regionais e a consolidação de pautas construídas coletivamente, estruturadas em cinco eixos temáticos.

Realizada entre os dias 4 e 8 de agosto de 2025, a Conferência reuniu mais de 5.000 mulheres indígenas de todos os territórios do Brasil, configurando-se como um marco histórico para a participação política das mulheres indígenas. Sua consolidação ocorreu após a realização das etapas territoriais, desenvolvidas ao longo dos anos de 2024 e 2025.

As etapas territoriais aconteceram em todos os estados brasileiros, organizadas pelas articulações regionais em cada território. Sob a coordenação da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), e considerando o fortalecimento da ancestralidade como princípio orientador, cada etapa recebeu o nome de uma árvore representativa dos diferentes biomas brasileiros: Araucária, Aroeira, Castanheira, Jurema, Mangabeira, Sapopema e Sumaúma.

Esses encontros constituíram espaços estratégicos de escuta, diálogo e formulação de propostas, organizadas a partir dos eixos temáticos definidos coletivamente. As contribuições construídas nas etapas territoriais foram sistematizadas e encaminhadas para a etapa nacional, com foco na incidência e no aprimoramento de políticas públicas voltadas às mulheres indígenas.

A realização da Primeira Conferência Nacional das Mulheres Indígenas representou um avanço significativo na institucionalização de espaços específicos de participação social, reafirmando a importância da construção de políticas públicas estruturantes, voltadas de forma concreta às demandas e especificidades das mulheres indígenas.

A articulação entre a ANMIGA, o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério das Mulheres possibilitou a concretização desse processo histórico, consolidando um espaço legítimo de diálogo, participação e fortalecimento das mulheres indígenas no âmbito das políticas públicas nacionais.



PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

Ministério dos povos indígenas

O Ministério dos Povos Indígenas teve papel fundamental na construção coletiva da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, fortalecendo o protagonismo das mulheres indígenas em um espaço de escuta, articulação e incidência política. Sua atuação contribuiu para integrar as diversas realidades, territórios e vozes, garantindo que as pautas das mulheres indígenas fossem centrais no processo.

A participação do Ministério reafirmou o compromisso com a valorização dos saberes ancestrais e com a construção de políticas públicas que respeitassem as especificidades dos povos indígenas. Nesse caminho, evidenciou-se a importância de reconhecer que as mulheres indígenas enfrentavam múltiplas desigualdades, atravessadas por questões de território, cultura, identidade e direitos coletivos.

A construção da Conferência, com o apoio do Ministério, fortaleceu a luta por justiça, equidade e bem viver, consolidando um espaço essencial para o avanço das políticas voltadas às mulheres e meninas indígenas em todo o país.

Ministério das mulheres

O Ministério das Mulheres teve papel fundamental na construção coletiva da Conferência, promovendo a integração das pautas das mulheres indígenas à agenda nacional de enfrentamento às desigualdades de gênero. Sua atuação foi orientada pelo reconhecimento de que as mulheres indígenas vivenciavam múltiplas violências, atravessadas por marcadores de território, raça, cultura e identidade.

Articulação nacional das mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade

A ANMIGA foi protagonista central de todo o processo de construção coletiva da I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, conduzindo a mobilização de base, a articulação entre territórios e a sistematização das propostas construídas pelas mulheres indígenas em todo o país.

Com sua atuação enraizada na ancestralidade, a ANMIGA garantiu que a conferência fosse um processo legítimo, ascendente e representativo, no qual as vozes das mulheres indígenas de diferentes povos, biomas e contextos fossem efetivamente ouvidas, traduzidas em diretrizes políticas autônomas, capazes de incidir nos espaços institucionais sem abrir mão de seus princípios, saberes e formas próprias de organização.

Mais do que articuladora, a ANMIGA consolidou-se como guardiã desse processo coletivo, assegurando que as propostas da Conferência continuassem vivas, em movimento e conectadas com as lutas dos territórios, fortalecendo o protagonismo das mulheres indígenas na construção de um projeto futuro baseado no bem viver.



EIXOS DA CONFERÊNCIA

PROPOSTAS QUE VEM DAS BASES

DIREITO E GESTÃO TERRITORIAL

O eixo Direito e Gestão Territorial ocupa lugar central nas discussões da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas por reconhecer que o território constitui a base material, espiritual, cultural e política da existência dos povos indígenas. Para as participantes, defender o território significou defender a vida, a autonomia coletiva, os saberes ancestrais e as futuras gerações.

No âmbito do direito, o eixo reafirmou a necessidade de garantir o cumprimento dos direitos constitucionais dos povos indígenas, especialmente no que se referiu à demarcação, à proteção e à desintrusão de terras tradicionalmente ocupadas. As participantes destacaram que a morosidade nos processos de regularização fundiária e o avanço de atividades ilegais, como garimpo, exploração madeireira e invasões, impactaram diretamente a segurança, a saúde e a integridade das mulheres e de suas comunidades.

No campo da gestão territorial, o debate enfatizou o protagonismo feminino na

construção e implementação de instrumentos de gestão, como planos de proteção territorial, protocolos de consulta e iniciativas de monitoramento ambiental comunitário. As mulheres indígenas atuaram como guardiãs dos recursos naturais, das sementes tradicionais, das águas e das florestas, exercendo papel estratégico na manutenção do equilíbrio ambiental e na adaptação às mudanças climáticas.

O eixo também evidenciou a importância da participação das mulheres nos processos decisórios internos das comunidades e nos espaços institucionais externos, assegurando que suas perspectivas fossem incorporadas à formulação de políticas públicas relacionadas ao uso do território, à sustentabilidade e ao desenvolvimento.

Ao tratar de direito e gestão territorial de forma integrada, a Conferência reforçou que não havia garantia de direitos para as mulheres indígenas sem a proteção efetiva de seus territórios. O território, nesse sentido, não se restringiu ao espaço físico, mas afirmou-se como dimensão essencial do bem-viver, da identidade e da continuidade dos povos.



SAÚDE

A saúde das mulheres indígenas constituiu um dos eixos centrais debatidos durante a I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas. As propostas apresentadas nasceram das escutas realizadas nos territórios, refletindo realidades diversas, embora atravessadas por desafios comuns, como acesso desigual aos serviços, a violência institucional, o desrespeito às práticas tradicionais e a ausência de políticas específicas capazes de contemplar as múltiplas dimensões do cuidado indígena.

Ao longo das etapas territoriais, as participantes reafirmaram que saúde, para os povos indígenas, não se limitou ao atendimento clínico. Saúde significou território demarcado, água limpa, alimentação tradicional, floresta em pé, respeito à espiritualidade e valorização dos saberes ancestrais. Quando o território foi ameaçado, a saúde coletiva também foi comprometida.

As mulheres destacaram a importância do fortalecimento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, executada no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena. No entanto, apontaram que ainda persistiam desafios significativos relacionados à infraestrutura, à rotatividade de profissionais, à falta de medicamentos e à ausência de atendimento humanizado e culturalmente adequado.

Outro ponto central das discussões foi o reconhecimento das parteiras, pajés e detentoras de saberes medicinais como protagonistas do cuidado comunitário. As participantes reforçaram que as práticas tradicionais não deveriam ser vistas como complementares, mas como estruturantes da saúde indígena.

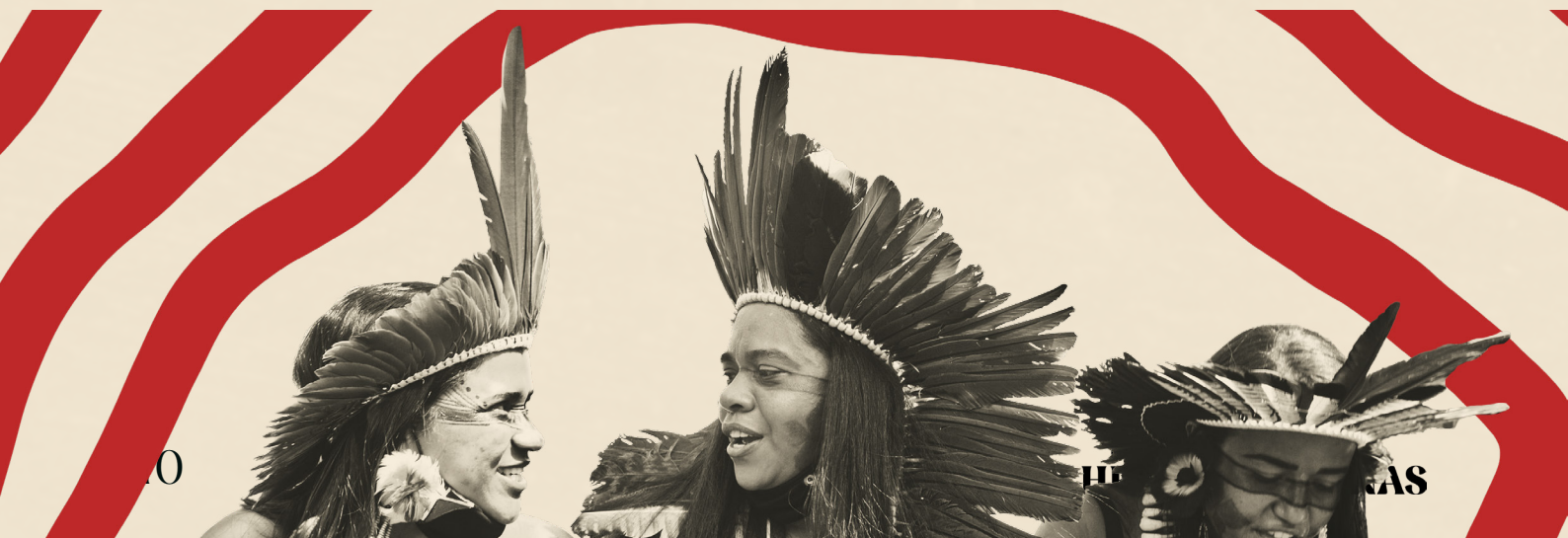
EDUCAÇÃO E A TRANSMISSÃO DOS SABERES ANCESTRAIS PARA O BEM VIVER

A educação foi reafirmada, na I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, como um dos pilares fundamentais para a garantia do bem-viver, da autonomia e da continuidade cultural dos povos originários. Construído em diálogo com o Ministério das Mulheres e articulado com as organizações de base, esse eixo evidenciou que educar, nos territórios ultrapassou os limites da escola formal, constituindo-se como processo comunitário, intergeracional e profundamente conectado com a terra.

Para as mulheres indígenas, a educação começou no território. Foi na convivência com as anciãs, nas práticas do plantio, nos rituais, nos cantos, nos rezos e na observação da natureza que se construíram os fundamentos do conhecimento ancestral. A transmissão de saberes não se restringiu à dimensão pedagógica, mas assumiu caráter espiritual, cultural e político.

As propostas vindas das bases reafirmaram a necessidade de fortalecimento da educação escolar indígena diferenciada, bilíngue e intercultural, prevista na legislação brasileira, mas ainda marcada por desigualdades estruturais.

Durante a etapa nacional, ficou evidente o papel central das mulheres indígenas na preservação e transmissão desses saberes. Foram elas que mantiveram vivas a língua materna, os cantos tradicionais, os rituais, as histórias contadas de origem, o uso das plantas medicinais e as práticas de cuidado coletivo.



POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O eixo de Políticas Públicas e Violência de Gênero constituiu uma pauta central na Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), uma vez que esse debate esteve presente, de forma permanente nos diferentes espaços de construção coletiva das mulheres indígenas.

A partir desse ponto, foram consolidadas propostas que visaram o fortalecimento de políticas públicas específicas, culturalmente adequadas e territorialmente contextualizadas, com foco na prevenção, no enfrentamento e na erradicação das múltiplas formas de violência que atingem as mulheres indígenas.

Nesse sentido, foram destacados a necessidade de ampliação do acesso à justiça, a qualificação do atendimento nos serviços públicos, o reconhecimento das especificidades socioculturais e o protagonismo das mulheres indígenas na formulação, implementação e monitoramento dessas políticas, garantindo respostas efetivas e respeitadas às realidades vividas nos territórios.

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O eixo Emergência Climática foi debatido pelas mulheres indígenas a partir de uma perspectiva que integra território, espiritualidade, modos de vida e justiça socioambiental. Para as participantes, a crise climática não se apresentou como um fenômeno abstrato ou distante, mas como uma realidade concreta que já impactava diretamente as comunidades por meio de secas prolongadas, enchentes intensas, escassez de alimentos, contaminação das águas e aumento das doenças.

As mulheres indígenas ressaltaram que estavam entre as primeiras a sentir os efeitos das mudanças climáticas nos territórios, pois se encontravam diretamente ligadas à produção de alimentos, ao cuidado com as famílias, à preservação das sementes tradicionais e à gestão das águas. A emergência climática, portanto, também se configurou como uma questão de gênero, uma vez que intensifica desigualdades e ampliou situações de vulnerabilidade.

Durante os debates, foi enfatizado que a crise climática esteve profundamente relacionada à violação de direitos territoriais e ao avanço de atividades predatórias, como o desmatamento, o garimpo ilegal e os grandes empreendimentos que desconsideraram a consulta livre, prévia e informada. As participantes afirmaram que proteger os territórios indígenas constituiu uma das estratégias mais eficazes para conter o colapso ambiental e garantir a manutenção da biodiversidade.

O eixo também destacou a importância dos conhecimentos tradicionais como ferramentas fundamentais para a adaptação e mitigação dos impactos climáticos. Práticas ancestrais de manejo da terra, proteção das nascentes, sistemas agroflorestais e cuidado com as sementes foram reconhecidas como soluções concretas e sustentáveis frente à crise global.

Ao abordar a emergência climática, as mulheres indígenas reafirmaram seu papel como guardiãs da vida e defensoras da justiça climática, defendendo políticas públicas que reconhecessem seus saberes, garantissem recursos para ações de adaptação nos territórios e assegurassem sua participação efetiva nas decisões nacionais e internacionais sobre clima.



ETAPAS REGIONAIS: VOZES QUE ECOAM DOS TERRITÓRIOS

ETAPA AROEIRA

A Etapa Aroeira constituiu a primeira etapa preparatória da Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, realizada nos dias 29 e 30 de novembro de 2024, no estado de Mato Grosso do Sul, no território do povo Guarani Kaiowá.

Com o objetivo de promover a construção e o fortalecimento de políticas públicas específicas para as mulheres indígenas, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), em articulação com o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério das Mulheres, deu início ao ciclo de etapas territoriais da Conferência.

Considerando o contexto histórico de violência e conflitos enfrentados pelo território Guarani e Kaiowá, a Etapa Aroeira definiu como eixo central o enfrentamento à violência contra as Mulheres Indígenas. A programação integrou momentos culturais e espirituais, incluindo cantos tradicionais e rezas conduzidas por mulheres Guarani, Kaiowá e Terena, reafirmando a ancestralidade como fundamento da organização e da resistência.

Ao longo dos dois dias de diálogos, foram debatidos temas estratégicos como demarcação de terras, saúde e educação. As propostas construídas refletiram as demandas apresentadas pelas mulheres indígenas nos territórios e tiveram como finalidade fortalecer seu protagonismo, consolidar direitos e contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas às suas especificidades.



ETAPA ARAUCÁRIA

A etapa Araucária aconteceu nos dias 07 e 08 de maio de 2025, na região Sul do Brasil, e constituiu importante momento de mobilização e articulação das mulheres indígenas da região. Realizada como parte do processo preparatório da I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, a etapa reuniu 119 participantes de 12 povos – Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Ava Guarani, Xokleng, Kaingang, Xetá, Charrua, Guajajara, Pitaguary, Wapichana, Tikuna e Sateré Mawé – com o objetivo de fortalecer o protagonismo feminino, construir propostas coletivas e reafirmar o compromisso com o bem-viver.

A etapa foi marcada por momentos de espiritualidade e reafirmação identitária. As participantes destacaram que qualquer política pública voltada às mulheres indígenas precisaria reconhecer que corpo, território e espiritualidade constituíam dimensões inseparáveis.

Os debates evidenciaram que o bem-viver esteve diretamente ligado à preservação dos territórios, à proteção das florestas e ao respeito aos modos próprios de organização social.

Um dos principais pontos de discussão foi a situação dos territórios indígenas da região Sul, onde os conflitos fundiários e a morosidade nos processos de demarcação impactaram diretamente a vida das mulheres. A violência contra lideranças e defensoras ambientais e territoriais foi denunciada como um problema recorrente, exigindo políticas específicas de proteção.



ETAPA JUREMA

A Etapa Jurema foi realizada entre os dias 14 e 15 de maio de 2025, no município de Paulo Afonso, no estado da Bahia.

A etapa reuniu mulheres indígenas dos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Sergipe. O encontro constituiu um espaço de escuta, incidência política e construção coletiva de propostas, reafirmando o protagonismo das mulheres indígenas na defesa de seus direitos.

Durante os dias de programação, foram realizados momentos de acolhimento com canto, rezas e rituais conduzidos pelas mulheres presentes. As propostas elaboradas refletiram as demandas específicas da região Nordeste e foram encaminhadas para a etapa nacional, em Brasília.

O encontro também evidenciou a importância da representatividade regional, com ampla participação de lideranças e delegadas de diferentes povos e territórios. A Etapa Jurema consolidou avanços significativos na organização coletiva e na formulação de políticas públicas específicas, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento da Conferência Nacional das Mulheres Indígenas.



ETAPA CASTANHEIRA

A Etapa Castanheira da I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas reuniu mulheres dos estados de Rondônia, Pará, Amapá e Tocantins, na cidade de Porto Velho, entre os dias 28 e 30 de maio de 2025. Integrando o processo nacional, a etapa mobilizou 108 participantes com a presença de 32 povos indígenas.

Os debates evidenciaram que viver na Amazônia significou resistir diariamente às pressões do desmatamento, do garimpo ilegal, da grilagem e dos impactos provocados por grandes empreendimentos. As mulheres denunciaram que essas ameaças recaíram diretamente sobre seus corpos-territórios, afetando a segurança alimentar, a saúde comunitária, a espiritualidade e a autonomia econômica.

A defesa dos territórios foi reafirmada como condição fundamental para o bem-viver, pois sem terra protegida, não haveria floresta em pé, preservação dos rios, nem continuidade dos saberes ancestrais. As participantes ressaltaram que não haveria solução para a crise ambiental sem a escuta e a participação efetiva dos povos indígenas, especialmente das mulheres que historicamente cuidaram das sementes, das ervas medicinais, das águas e dos ciclos da natureza.

Assim, a Etapa Castanheira consolidou-se como expressão do protagonismo amazônico na construção de uma política nacional das mulheres indígenas enraizada nos territórios e orientada pelo bem-viver.



ETAPA MANGABEIRA

A Etapa Mangabeira, correspondente à região Nordeste, foi realizada entre os dias 17 e 20 de junho de 2025, na Baía da Traição, território do povo Potiguara, no estado da Paraíba. O encontro constituiu etapa preparatória da Conferência Nacional das Mulheres Indígenas no âmbito do território Mangabeira, reunindo mulheres indígenas da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Piauí e do sul da Bahia.

A escolha da Baía da Traição, território ancestral Potiguara, reforçou o caráter simbólico e político do processo, ancorando os debates na força histórica de resistência dos povos do Nordeste. Ao longo dos quatro dias de atividades, mulheres de diferentes povos compartilharam experiências, desafios e propostas a partir das realidades específicas de seus territórios.

Como etapa preparatória, a Etapa Mangabeira cumpriu papel estratégico na sistematização das demandas do Nordeste e na eleição de delegadas responsáveis por levar à etapa nacional as propostas construídas coletivamente. Mais do que um momento organizativo, o encontro reafirmou o protagonismo das mulheres indígenas nordestinas na defesa de seus territórios, culturas e direitos.



ETAPA SAPOPEMA

Entre os dias 30 e 3 de julho de 2025, aconteceu a Etapa Sapopema, realizada em São Paulo, com a participação das mulheres indígenas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, fortalecendo a articulação regional no Sudeste do País. O encontro reuniu 134 participantes e contou com a representatividade de 20 povos indígenas.

A etapa foi organizada com a participação da Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) e da Comissão Guarani Yvyrupá (CGY).

O processo foi marcado por escuta ativa, diálogo intercultural e construção coletiva. Ao final, as propostas aprovadas em plenária integraram um conjunto de 506 deliberações construídas nas sete etapas territoriais, que serviram de base para os debates da etapa nacional realizada em Brasília.

A etapa evidenciou a diversidade dos povos presentes no Sudeste e os desafios específicos enfrentados na região, como a luta por reconhecimento territorial em contextos urbanos e periurbanos, o enfrentamento à violência e a necessidade de políticas públicas voltadas às realidades locais.

Mais do que um encontro regional, a Etapa Sapopema consolidou-se como espaço de fortalecimento político, troca de experiências e afirmação da liderança feminina indígena. Assim como a raiz que sustenta a árvore, as mulheres do Sudeste reafirmaram seu papel de sustentação da luta nacional conectando território, cultura e participação política.



ETAPA SUMAÚMA

A Etapa Sumaúma correspondente à região Norte foi realizada entre os dias 19 a 23 de julho de 2025, na cidade de Rio Branco, no estado do Acre, como parte do processo preparatório da Conferência Nacional das Mulheres Indígenas.

O encontro reuniu mulheres indígenas representantes dos estados da região Norte, contemplando delegações do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá e Tocantins. A ampla participação regional assegurou que diferentes realidades territoriais – da floresta densa às áreas de transição e aos territórios impactados por frentes de expansão econômica – estivessem representadas nos debates.

A diversidade de povos presentes fortaleceu a construção coletiva das propostas regionais, garantindo que as especificidades socioculturais, ambientais e políticas da Amazônia e dos territórios do Norte fossem sistematizadas e encaminhadas à etapa nacional por meio das delegadas.



ETAPA NACIONAL

A Etapa Nacional da Conferência Nacional das Mulheres Indígenas constituiu o momento culminante de um amplo processo de mobilização territorial, articulação política e construção coletiva protagonizado pelas mulheres indígenas em todo o país.

Realizada entre os dias 4 e 8 de agosto de 2025, a etapa nacional reuniu mais de 5.000 mulheres indígenas, representantes de diversos povos e territórios do Brasil, consolidando-se como um marco histórico na organização e na participação das mulheres indígenas na formulação de políticas públicas.

A Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), em conjunto com o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério das Mulheres, na etapa nacional, teve como objetivo debater e consolidar as propostas construídas nas etapas territoriais Araucária, Aroeira, Castanheira, Jurema, Mangabeira, Sapopema e Sumaúma.

Durante a programação, foram realizados os grupos de trabalho para debate geral das propostas sugeridas nos encontros regionais ocorridos nos territórios durante os anos de 2024 e 2025. As plenárias constituíram momentos de fortalecimento cultural e espiritual, reafirmando a ancestralidade como eixo estruturante da luta das mulheres indígenas. As discussões estiveram organizadas em cinco eixos temáticos, contemplando pautas como gestão territorial, enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas, saúde, educação e justiça climática.

A etapa nacional representou um avanço significativo na consolidação de um espaço próprio de escuta e incidência política das mulheres indígenas. As propostas aprovadas reafirmam o compromisso com a defesa dos territórios, a garantia de direitos e o fortalecimento de políticas públicas específicas voltadas à proteção das mulheres indígenas em todos os eixos discutidos.

Ao reunir milhares de mulheres indígenas em um espaço de decisão, a Conferência Nacional consolidou-se como instrumento estratégico para o fortalecimento do protagonismo feminino indígenas e para a construção de políticas públicas mais democráticas e comprometidas com a diversidade dos povos originários.

Dessa forma, a 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas reafirma o protagonismo das mulheres indígenas como sujeitas políticas fundamentais na construção de um Estado democrático, plural e comprometido com os direitos dos povos originários.





IV MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS

A IV Marcha das Mulheres Indígenas consolidou-se como um dos maiores espaços de mobilização e visibilidade política das mulheres indígenas no país e exerceu papel fundamental ao receber e dialogar diretamente com a 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas.

Realizada em Brasília, a IV Marcha reuniu milhares de mulheres de diferentes povos, territórios e biomas, fortalecendo a unidade política em torno da defesa da vida, dos direitos constitucionais, dos territórios e do enfrentamento às violências. A Marcha foi fruto de um processo autônomo do movimento de mulheres indígenas e se consolidou como espaço estratégico de incidência junto aos poderes públicos e à sociedade brasileira.

Ao acolher a Conferência Nacional, a IV Marcha ampliou o alcance político das deliberações construídas nas etapas territoriais. A mobilização nas ruas e nos espaços institucionais reforçou que as propostas debatidas na Conferência não se restringiam ao âmbito técnico, mas representavam demandas urgentes e estruturantes dos povos indígenas.

A I Marcha das Mulheres Indígenas foi realizada entre 13 e 14 de agosto de 2019, em Brasília, com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”. Constituiu a primeira grande mobilização nacional autônoma das mulheres indígenas, reunindo milhares de participantes e marcando um novo ciclo de protagonismo político.

A II Marcha das Mulheres Indígenas ocorreu de 7 a 11 de setembro de 2021, também em Brasília, com o tema “Mulheres Originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra”. A mobilização reafirmou a centralidade da defesa territorial e da justiça climática no debate nacional e internacional.

A III Marcha das Mulheres Indígenas foi realizada de 11 a 13 de setembro de 2023, sob o tema “Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade pelas Raízes Ancestrais”, ampliando o debate sobre os diferentes biomas brasileiros e a relação entre território, cultura e preservação ambiental.

Já a IV Marcha das Mulheres Indígenas aconteceu em agosto de 2025, em Brasília, com o tema “Mulheres Guardiãs do Planeta pela Cura da Terra”. Nessa edição, a Marcha dialogou diretamente com a realização da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, fortalecendo a articulação entre mobilização social e construção institucional de políticas públicas.

Ao longo de suas edições, as Marchas consolidaram-se como espaços históricos de resistência, incidência política e afirmação da liderança das mulheres indígenas na defesa dos territórios, dos direitos e do futuro coletivo.

Essa articulação entre mobilização social e espaço institucional fortaleceu a legitimidade da Conferência, demonstrando que o protagonismo das mulheres indígenas se expressou tanto na ocupação das ruas quanto na formulação de políticas públicas. A Marcha, portanto, não apenas recebeu a Conferência, mas potencializou sua dimensão histórica, transformando-a em parte de um movimento contínuo de resistência, articulação e construção de futuro.

Propostas priorizadas e aprovadas na Etapa Nacional

Este ebook reuniu as 122 propostas priorizadas e aprovadas na Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas (CNMI), realizada em Brasília-DF, nos dias 5 e 6 de agosto. A Conferência foi promovida pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e pelo Ministério das Mulheres (MM), em parceria com a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e diversas outras organizações representativas dos povos indígenas.

As propostas estão organizadas em torno dos cinco eixos temáticos que orientaram os debates tanto da etapa nacional quanto das etapas territoriais da 1ª CNMI. As delegadas da etapa nacional priorizaram 50 propostas, sendo 10 de cada Eixo temático. Além disso, foram aprovadas outras 72 propostas, sendo 16 do Eixo 1 – Direito e Gestão Territorial; 14 do Eixo 2 – Emergência Climática; 21 do Eixo 3 – Políticas Públicas e Violência de Gênero; 09 do Eixo 4 – Saúde; e 12 do Eixo 5 – Educação e a Transmissão de Saberes Ancestrais para o Bem Viver.



Propostas priorizadas
e aprovadas na
ETAPA NACIONAL



APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as **122 propostas priorizadas e aprovadas** na Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas (CNMI), realizada em Brasília-DF, nos dias 5 e 6 de agosto. A conferência foi promovida pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e pelo Ministério das Mulheres (MM), em parceria com a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e diversas outras organizações representativas dos povos indígenas.

As propostas estão organizadas em torno dos cinco eixos temáticos que orientaram os debates tanto da etapa nacional quanto das etapas territoriais da 1ª CNMI. As delegadas da etapa nacional **priorizaram 50 propostas**, sendo 10 de cada Eixo temático. Além disso, foram **aprovadas outras 72 propostas**, sendo 16 do Eixo 1 — Direito e Gestão Territorial; 14 do Eixo 2 — Emergência Climática; 21 do Eixo 3 — Políticas Públicas e Violência de Gênero; 09 do Eixo 4 — Saúde; e 12 do Eixo 5 — Educação e a Transmissão de Saberes Ancestrais para o Bem Viver.

O documento contém, ainda, os resultados de uma análise detalhada do conteúdo das propostas aprovadas na etapa nacional da 1ª CNMI. Esta análise foi realizada com o objetivo de revelar as principais demandas e as conexões temáticas que definem as prioridades das mulheres indígenas que participaram da conferência, traçando um panorama das pautas mais urgentes e dos conceitos mais recorrentes que definiram os debates.

Este relatório foi elaborado pela Flacso Brasil no âmbito da parceria estabelecida com a ONU Mulheres para a sistematização da experiência da 1ª CNMI. Ao registrar as demandas de políticas públicas aprovadas e priorizadas na conferência, o documento pretende contribuir para o fortalecimento do protagonismo das mulheres indígenas e orientar o poder público, organizações indígenas e sociedade civil na implementação dos compromissos assumidos, respeitando a diversidade sociocultural, os saberes ancestrais e a autonomia das mulheres indígenas.

PROPOSTAS PRIORIZADAS E APROVADAS PELOS EIXOS TEMÁTICOS

EIXO TEMÁTICO 1: DIREITO E GESTÃO TERRITORIAL

PROPOSTAS PRIORIZADAS

PROPOSTA 1

Garantir a demarcação, homologação, ampliação, desintrusão e proteção permanente dos territórios indígenas como uma política de Estado para a reparação histórica, a mitigação das mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade, de modo a assegurar o orçamento, a desburocratização e estrutura dos órgãos públicos responsáveis do governo federal pela demarcação, bem como as condições de permanência nos territórios indígenas e o protagonismo dos povos indígenas na sua gestão.

PROPOSTA 2

Revogar a tese inconstitucional do marco temporal de modo a garantir plenamente os direitos territoriais indígenas.

PROPOSTA 3

Que o Governo Federal, os Ministérios dos Povos Indígenas (MPI), das Mulheres (MMULHERES), do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) garantam e assegurem, em parceria e com a autorização das organizações de mulheres indígenas e organizações indígenas nacionais, o fomento à **vigilância dos territórios indígenas pelas próprias mulheres indígenas, bem como a criação de um banco de dados acessível** com informações sobre posse, uso e ocupação do solo, com o objetivo de combater crimes territoriais e ambientais, promover a fiscalização, recuperar áreas degradadas e evitar a extinção de espécies da flora e da fauna.

PROPOSTA 4

Criar **canal de denúncia específico** para o combate à violação de direitos territoriais e ambientais em terras indígenas.

PROPOSTA 5

Criar um **sistema de mediação e conciliação de conflitos internos entre os povos indígenas que ocupam o mesmo território**, com foco na segurança, proteção e acompanhamento das mulheres e meninas indígenas, de modo a garantir a sua permanência nos territórios demarcados, homologados e em processo de retomada que estejam em situação de conflito.

PROPOSTA 6

Garantir a aprovação da **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI)** em lei, com regulamentação e garantia orçamentária advinda de multas ambientais, pagamentos por serviços ambientais (PSA) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ecológicos, de modo a promover a implementação efetiva de todos os seus 7 (sete) eixos nos territórios indígenas, com a construção de protocolos de consulta e a participação ativa de, no mínimo, 50% de mulheres indígenas em todas as etapas, garantindo o direito à consulta livre, prévia e informada, bem como o protagonismo feminino na gestão territorial.

PROPOSTA 7

Garantir a elaboração, implementação e financiamento dos Instrumentos de **Gestão Ambiental e Territorial Indígena (IGATIs)**, como Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), planos de vida, etnozoneamentos, etnomapeamentos e protocolos de consulta, assegurando formação técnica, consulta prévia, validação comunitária e participação efetiva de, no mínimo, 50% de mulheres indígenas, de modo a reconhecer o protagonismo das mulheres e juventudes na gestão de seus territórios.

PROPOSTA 8

Garantir recursos financeiros e apoio institucional para **projetos liderados por organizações, associações e movimentos de mulheres indígenas e juventudes**, fortalecendo suas estruturas de base e assegurando sua autonomia econômica e atuação política, social e cultural, de modo a promover a descentralização do poder e o fortalecimento das lideranças femininas, possibilitando sua participação em encontros, reuniões e conferências e reconhecendo a representatividade e o protagonismo das mulheres indígenas em seus territórios e em contexto urbano.

PROPOSTA 9

Garantir **orçamento e agilidade para o levantamento das áreas de ocupação dos**

povos indígenas isolados e proceder com o devido registro de ocupação, reconhecendo as informações fornecidas pelo movimento indígena e indigenista, de modo a assegurar a proteção, demarcação e homologação de seus territórios.

PROPOSTA 10

Criar e implementar um Fundo de Gestão Ambiental e Territorial dos seis biomas brasileiros para financiar projetos de proteção da biodiversidade liderados por mulheres indígenas. O fundo deverá contar com a participação das mulheres indígenas em sua elaboração, gestão e fiscalização, por meio de um conselho consultivo e deliberativo.

PROPOSTAS APROVADAS

PROPOSTA 01

Que o Governo Federal, o Ministério das Mulheres (MMULHERES), o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), com o envolvimento das mulheres indígenas, identifiquem os territórios que já solicitaram formalmente a demarcação e criem um grupo de antropólogos indígenas para tratar especificamente dos estudos de terras indígenas a serem demarcadas.

PROPOSTA 02

Criar programa de formação ambiental, cultural e territorial intergeracional para fortalecimento da identidade étnica das populações indígenas brasileiras e de indígenas em mobilidade residentes no Brasil.

PROPOSTA 03

Garantir, especialmente em áreas de conflito territorial, formações, assistência técnica rural e assistência jurídica gratuitas para as mulheres indígenas, bem como a instalação de viveiros de plantas e ervas medicinais específicas de cada povo, por meio da atuação conjunta do Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério da Justiça (MJ), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), universidades, institutos federais, estados e municípios.

PROPOSTA 04

Criar um Programa de Restauração Produtiva para recuperar a sociobioeconomia e a diversidade dos territórios indígenas. Tal programa deve ser implementado com o protagonismo das mulheres indígenas e financiar toda a cadeia de restauração ambiental, promovendo a coleta e armazenamento de sementes, construção de viveiros e estufas, produção de mudas, plantio, manejo e comercialização de alimentos, criação de animais, produção de artesanato, consórcios de roças, formação de brigadistas indígenas para combater incêndios, educação ambiental, reciclagem e coleta seletiva, de modo a fortalecer os saberes tradicionais, a soberania alimentar, a geração de renda e a autonomia socioeconômica sustentável.

PROPOSTA 05

Que o Governo Federal, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), o Ministério da Mulher (MMULHERES), o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Ministério da Justiça (MJ) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), em parceria com organizações de mulheres indígenas, criem um banco de dados com informações demográficas das mulheres indígenas em nível local, municipal, estadual e nacional, com o objetivo de facilitar e viabilizar a implementação de políticas públicas.

PROPOSTA 06

Garantir aos povos indígenas, em especial as mulheres, o uso coletivo e exclusivo de seus territórios, não permitindo sua fragmentação em fazendas e lotes, nem o arrendamento do território a terceiros.

PROPOSTA 07

Garantir a desintração de todos os territórios indígenas, com a participação dos povos de cada território nos planos de pré e pós desintração.

PROPOSTA 08

Garantir a proteção do espaço aéreo nos territórios indígenas e seu entorno, fiscalizando e combatendo a invasão de dispositivos de pulverização e prospecção.

PROPOSTA 09

Promover estratégias de enfrentamento das propostas legislativas que visam flexibilizar as leis ambientais, a partir do fortalecimento das organizações, associações e coletivos de mulheres indígenas, de modo a garantir o rigor no licenciamento de empreendimentos poluidores e sistemas agrícolas de monocultura, exigindo que estes respeitem uma distância mínima de 30 km dos territórios indígenas.

PROPOSTA 10

Reafirmar todos os limites dos territórios indígenas, com mapeamento e levantamento topográfico, garantindo a participação de, no mínimo, 50% de mulheres indígenas.

PROPOSTA 11

Promover formações, oficinas e seminários sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI) em todos os biomas, assegurando a paridade de gênero e a participação das juventudes indígenas, de modo a valorizar os conhecimentos e práticas das mulheres na proteção, conservação e uso sustentável dos territórios.

PROPOSTA 12

Consolidar um programa de proteção territorial voltado à prevenção de conflitos, à segurança comunitária, ao monitoramento ambiental e ao fortalecimento da governança indígena na defesa de seus territórios, garantindo orçamento específico para a sua execução e apoio financeiro a organizações, associações e coletivos de mulheres indígenas, grupos de proteção e vigilância territorial indígena, agentes territoriais e ambientais indígenas e brigadas indígenas, bem como responsabilização e paralisação dos empreendimentos que violam direitos territoriais e ambientais de povos indígenas, participação das mulheres indígenas em todas as etapas e articulação transversal com políticas de saúde, educação e sustentabilidade nos três níveis de governo.

PROPOSTA 13

Garantir a proibição da pulverização de agrotóxicos nas produções agrícolas, especialmente em terras indígenas e seu entorno.

PROPOSTA 14

Assegurar garantia de direitos, demarcação e apoio à gestão de todos os territórios indígenas em processo de retomada, especialmente nos biomas da Mata Atlântica e dos Pampas.

PROPOSTA 15

Estabelecer políticas para assegurar a destinação de terras devolutas e improdutivas do Estado para mulheres indígenas brasileiras e transfronteiriças, garantindo autonomia territorial, segurança alimentar e dignidade.

PROPOSTA 16

Assegurar a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato, garantindo que as coordenações regionais e as frentes de proteção etnoambiental sejam ocupadas por indígenas e que as equipes multidisciplinares sejam compostas por, no mínimo, 50% de mulheres indígenas.

EIXO TEMÁTICO 2: EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

PROPOSTAS PRIORIZADAS

PROPOSTA 1

Que o Ministério da Saúde (MS), por meio da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e em articulação com estados, municípios e órgãos ambientais competentes, assegure a **universalização do acesso à água potável** de forma contínua, segura e em quantidade suficiente para o consumo humano e agrícola de todas as comunidades indígenas, incluindo territórios de difícil acesso, retomadas, abrigos e locais onde residem indígenas em mobilidade, de modo a destinar orçamento específico para a captação, armazenamento e distribuição de água, através da perfuração de poços artesianos, instalação de dessalinizadores, construção de cisternas e adoção de tecnologias adaptadas às especificidades territoriais, culturais e espirituais dos diferentes povos indígenas, bem como recursos para a recuperação, proteção e monitoramento de rios, nascentes e demais fontes hídricas, com especial atenção às mulheres e meninas indígenas diretamente impactadas pelas mudanças climáticas.

PROPOSTA 2

Elaborar e implementar **políticas públicas e planos de contingência para mitigação das emergências climáticas nos territórios indígenas**, assegurando a participação plena e a proteção integral das mulheres indígenas, inclusive as que vivem em contexto urbano ou transfronteiriço. Tais políticas devem articular ações estruturantes de soberania alimentar, saúde mental, educação diferenciada e proteção dos corpos-territórios, enfrentando as múltiplas vulnerabilidades agravadas pelas mudanças do clima e incorporando os saberes tradicionais sobre sustentabilidade e proteção territorial na elaboração dos planos de adaptação climática, ainda, transformar em lei a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), garantindo a implementação do seu Eixo 8 - “Enfrentamento à emergência climática e promoção da justiça ambiental e climática”, e assegurando que os Instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (IGATIs) sejam elaborados com a participação de mulheres e jovens indígenas, fortalecendo a proteção da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas e a justiça climática nos territórios, trazendo apoio técnico, financeiro e criação, institucionalização e funcionamento de centros regionais de fortalecimento cultural e enfrentamento das emergências climáticas.

PROPOSTA 3

Que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em articulação com o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e órgãos competentes, garanta ações integradas e permanentes de **mapeamento, monitoramento, prevenção e combate a incêndios** nos territórios indígenas, com foco na valorização dos saberes ancestrais e na proteção dos espaços e modos de vida tradicionais, por meio da oferta de cursos de formação, qualificação técnica e fornecimento de insumos e equipamentos, bem como ações contínuas do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO), com atividades preventivas e regenerativas realizadas ao longo de todo o ano. Ampliar, fortalecer e garantir a permanência de brigadas indígenas para a prevenção e combate das queimadas nos territórios, assegurando formação técnica contínua, fornecimento de equipamentos adequados, tecnologias integradas, remuneração justa e valorização dos saberes tradicionais e ciência indígena, bem como gestão e execução dos próprios povos indígenas e regulamentação da categoria de brigadistas indígenas femininas, com reserva de, no mínimo, 50% das vagas para a participação ativa das mulheres indígenas no enfrentamento aos incêndios, bem como nas formações e contratações de brigadistas, promovendo sua autonomia, segurança e protagonismo na proteção e conservação ambiental de seus territórios.

PROPOSTA 4

Fomentar e promover **programas, cursos, conferências, grupos de trabalho e eventos formativos para qualificação das mulheres e juventudes indígenas no enfrentamento da emergência climática**, relacionando seus conhecimentos ancestrais, tecnologias e ciências indígenas com temas como educação ambiental, gestão territorial, recuperação de áreas degradadas, energias renováveis, criação e implementação de estruturas permanentes e logística de coleta seletiva e resíduos sólidos e orgânicos, políticas climáticas, legislação sobre biodiversidade, participação social, justiça e direitos dos povos indígenas, de modo a torná-las formadoras e lideranças em seus territórios, bem como qualificar sua participação e protagonismo em fóruns, conselhos, eventos e espaços de tomada de decisão relacionados às mudanças climáticas, nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional, em especial, as COPs do Clima, da Biodiversidade e da Desertificação e demais acordos internacionais.

PROPOSTA 5

Que o Governo Federal, por meio do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério da Justiça, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Ministério Público Federal (MPF), defensorias públicas e em parceria com universidades e institutos federais, **assegure a efetivação do direito à consulta livre, prévia e informada, conforme determina a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, em todos os contextos que impactem direta ou indiretamente os territórios indígenas, incluindo empreendimentos, planos de transição energética e emergências climáticas, sanitárias e humanitárias, de modo a garantir a realização de audiências públicas e oficinas, a elaboração participativa de protocolos e a participação plena e efetiva das mulheres e juventudes indígenas, valorizando os saberes tradicionais e respeitando a diversidade dos territórios, os planos de vida e os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e todos os mecanismos de consulta. O descumprimento da consulta e do que nela for pactuado deverá acarretar a aplicação de sanções legais e administrativas, incluindo a suspensão imediata das atividades, aplicação de multas, revogação de licenças e impedimentos legais para a instalação de novos empreendimentos em territórios indígenas, assegurando a proteção efetiva dos direitos coletivos dos povos originários. Garantir que os valores arrecadados com multas ambientais em territórios indígenas sejam revertidos para atividades de recuperação ambiental nesses mesmos territórios, assegurando o protagonismo feminino na execução das ações.

PROPOSTA 6

Criar e regulamentar a categoria de **Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas** como estratégia para fortalecer a proteção dos territórios ancestrais, a conservação ambiental e as ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, garantindo reserva de vagas para mulheres indígenas, formação continuada, estrutura adequada para atuação, remuneração condizente com os serviços prestados e proteção integral no exercício da defesa e cuidado dos territórios indígenas e priorizar um programa de proteção das defensoras ambientais indígenas, com o objetivo de garantir segurança física, suporte psicológico, assistência jurídica, apoio técnico, assistência à saúde, formação continuada e fortalecimento das redes e articulações locais das lideranças indígenas femininas que lutam pelos direitos territoriais. O programa deverá contemplar medidas preventivas e de resposta às ameaças, assegurando apoio integral às famílias, coletivos e organizações, além de promover ações integradas para enfrentar as violências territoriais e as emergências climáticas, respeitando as especificidades de cada bioma e cada povo, reconhecendo o protagonismo, a resiliência, o conhecimento consuetudinário e o papel estratégico dessas guardiãs na defesa dos direitos coletivos, dos saberes ancestrais e da preservação socioambiental.

PROPOSTA 7

Que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), o Ministério das Mulheres (MMULHERES) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e demais órgãos competentes promovam, de forma efetiva, a **proteção da**

biodiversidade e a recuperação ecológica dos biomas brasileiros, como medida prioritária de enfrentamento das emergências climáticas, garantindo a demarcação e proteção permanente dos territórios indígenas, viabilizando com apoio técnico e financeiro a restauração, regeneração e reflorestamento das regiões desmatadas e degradadas com espécies vegetais nativas, frutíferas, medicinais e tradicionais, respeitando os saberes ancestrais e a biodiversidade local, contribuindo para a soberania alimentar, a geração de renda e a educação ambiental, reconhecendo os biomas como sujeitos de direito e assegurando o protagonismo das mulheres indígenas em todas as etapas, por meio de políticas públicas específicas, monitoramento territorial adequado e editais de apoio a projetos de gestão integrada dos recursos hídricos, criação de agroflorestas, meliponicultura, manejo sustentável e proteção ambiental.

PROPOSTA 8

Que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas e demais órgãos realizem **estudos socioambientais aprofundados e mapeamentos detalhados dos corpos hídricos** nos territórios indígenas, respeitando os mecanismos de consulta e a propriedade intelectual dos povos indígenas, incluindo os afetados por impactos ambientais decorrentes de grandes empreendimentos, de agronegócios, mineração, barragens de contenção de água, extrativismo e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) com o objetivo de subsidiar ações eficazes de descontaminação do solo e das águas, promover a conservação e recuperação ambiental e proteger a saúde das comunidades afetadas, assegurando o monitoramento contínuo, a implementação da política do cuidado, a proteção dos ecossistemas e a participação das mulheres indígenas.

PROPOSTA 9

Criar e implementar um **Fundo de Emergências Climáticas**, articulado entre os níveis municipal, estadual e federal e sob gestão direta das mulheres indígenas e de suas organizações, com o objetivo de financiar ações de resposta à: migração climática, adaptação, resiliência e reparação diante de eventos climáticos extremos. Garantir o apoio a iniciativas que promovam soberania alimentar, saúde, sustentabilidade econômica e cultural, conservação e proteção dos territórios, uso sustentável dos recursos naturais, proteção da biodiversidade, justiça climática e valorização dos saberes ancestrais e ciências indígenas, de modo a facilitar e desburocratizar o acesso aos recursos climáticos existentes, por meio de editais específicos voltados às mulheres e juventudes indígenas.

PROPOSTA 10

Garantir a implementação e manutenção de **sistemas de geração de energia solar** fotovoltaica via Programa Luz para Todos ou similar nos territórios indígenas, promovendo a transição para fontes renováveis de energia, a conservação dos ecossistemas naturais, a proteção da biodiversidade e a mitigação dos impactos ambientais, de modo a garantir a sustentabilidade ecológica e o fortalecimento das comunidades indígenas.

PROPOSTAS APROVADAS

PROPOSTA 01

Criar projetos que implementem a construção e manejo de açudes para o cultivo de peixes e outras espécies aquáticas, visando atender às necessidades alimentares locais e promover a geração de renda sustentável para as comunidades indígenas, coordenados e executados por mulheres indígenas locais.

PROPOSTA 02

Realizar estudos, monitoramento contínuo, produção de dados científicos e diagnósticos

territoriais integrados e abrangentes sobre as mudanças climáticas em todos os biomas brasileiros, bem como seus impactos ambientais, sociais, econômicos e sanitários nas comunidades indígenas, com especial atenção à ocorrência e disseminação de doenças relacionadas a essas alterações ambientais, visando fornecer subsídios técnicos para políticas eficazes de adaptação e mitigação de riscos, de modo a fortalecer a resiliência dos ecossistemas e o bem-estar das populações indígenas, respeitando suas especificidades culturais e socioambientais.

PROPOSTA 03

Promover editais específicos que contemplem iniciativas lideradas por mulheres indígenas em seus territórios, voltadas ao enfrentamento das emergências climáticas, por meio de práticas sustentáveis e de proteção ambiental, assegurando a valorização dos saberes ancestrais e a geração de trabalho, renda e autonomia financeira.

PROPOSTA 04

Garantir a educação ambiental e climática como componentes curriculares das escolas indígenas e não indígenas.

PROPOSTA 05

Que o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério das Mulheres (MMULHERES), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Educação (MEC) se articulem para criar um programa nacional de bolsas, voltado à formação e mobilização de indígenas para ações de enfrentamento às mudanças climáticas nos territórios, garantindo a prioridade para mulheres, bem como o reconhecimento dos saberes tradicionais e soluções sustentáveis.

PROPOSTA 06

Fortalecer institucional e financeiramente o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e demais órgãos, instituições e associações de defesa dos povos originários, em todos os âmbitos, assegurando autonomia, capacidade técnica e recursos adequados, estáveis e transparentes para a execução de políticas públicas que promovam a proteção dos direitos indígenas, a demarcação e titulação dos territórios, a gestão territorial, o enfrentamento às violências e o protagonismo das mulheres indígenas em projetos ambientais e iniciativas voltadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

PROPOSTA 07

Assegurar a participação efetiva das mulheres indígenas nos planos de transição energética do Estado brasileiro, com a incorporação das propostas dos povos indígenas nos instrumentos de planejamento climático e de adaptação e o cumprimento da consulta livre, prévia e informada, conforme prevê a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em políticas, programas e empreendimentos de transição energética, respeitando os modos de vida, os direitos territoriais e a autonomia dos povos indígenas.

PROPOSTA 08

Promover a criação de parques e áreas verdes nas proximidades de aldeias e comunidades indígenas localizadas em contextos urbanos, assegurando espaços de convivência, práticas culturais e segurança territorial, com participação efetiva dos povos indígenas na gestão e no planejamento dos parques, promovendo o bem-estar socioambiental e respeitando os modos de vida e a conexão espiritual, cultural e física com a natureza.

PROPOSTA 09

Implementar centros de intercâmbio de sementes que abranjam todos os biomas, pro-

movendo a conservação da agrobiodiversidade e o fortalecimento das práticas agrícolas ancestrais coordenadas por mulheres indígenas.

PROPOSTA 10

Implantar Centros de Tratamento de Fauna em territórios indígenas, sob coordenação e execução de profissionais indígenas, com infraestrutura adequada para acolhimento, reabilitação e monitoramento de animais silvestres afetados pela devastação ambiental e territorial, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a autonomia dos povos originários na gestão de seus ecossistemas.

PROPOSTA 11

Garantir às organizações indígenas o acesso gratuito à certificação orgânica, por meio de programas específicos que valorizem e priorizem a produção de alimentos realizada por mulheres indígenas, fortalecendo os saberes ancestrais, a segurança alimentar e a economia local.

PROPOSTA 12

Reconhecer, valorizar e fortalecer os conhecimentos ancestrais das mulheres indígenas como estratégia central de mitigação e adaptação às emergências climáticas, assegurando seu protagonismo no cuidado com os territórios e a biodiversidade e na proteção das sementes, ervas medicinais, fluxos de água e demais recursos naturais, bem como na preservação de práticas culturais ligadas à saúde comunitária, alimentação, rituais, produção artesanal, manejo ambiental e educação das novas gerações, dentro e fora de seus territórios.

PROPOSTA 13

Criar viveiros comunitários nos territórios e retomadas indígenas, valorizando os saberes e cosmovisões ancestrais e garantindo insumos para a produção e plantio de mudas, ervas medicinais e sementes tradicionais.

PROPOSTA 14

Implantar e assegurar a manutenção contínua de sistemas de saneamento básico ecológicos nos territórios indígenas, (como os sistemas de evapotranspiração), que respeitem os ecossistemas locais e preservem os modos de vida tradicionais, garantindo a destinação e o tratamento adequado dos dejetos humanos, abrangendo tanto os territórios indígenas quanto as aldeias e comunidades localizadas em contextos urbanos.

EIXO TEMÁTICO 3: POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

PROPOSTAS PRIORIZADAS

PROPOSTA 1

Implementar um **Plano Nacional de Enfrentamento ao Racismo Institucional contra mulheres indígenas**, com formação intercultural permanente e obrigatória para todos os profissionais que atuam em políticas públicas, incluindo segurança, saúde, educação, assistência social e justiça, com foco nos direitos dos povos indígenas, na diversidade cultural e no combate à violência de gênero. O plano deve prever atendimento jurídico assegurando a oferta permanente de serviços itinerantes de acesso à justiça, no atendimento às mulheres indígenas, implementando delegacias especializadas, com a produção de materiais formati-

vos, responsabilização criminal e administrativa de agentes públicos que violem os direitos indígenas e impedimento da atuação de agressores em cargos que envolvam atendimento a populações indígenas em todas as esferas de governo. Também deve garantir o acesso pleno e adequado das mulheres indígenas aos serviços públicos, com a presença de acompanhante linguístico.

PROPOSTA 2

Implementar uma **política nacional de formação para a prevenção à violência contra mulheres e meninas indígenas**, com campanhas permanentes e intersetoriais de combate ao racismo e à violência de gênero dentro e fora das comunidades e com formações continuadas voltadas a mulheres, jovens, homens e lideranças indígenas, que abordem temas como educação sexual, autoestima, Lei Maria da Penha, acesso à justiça e desnaturalização da violência como prática cultural. A política deve garantir recursos específicos para que órgãos públicos desenvolvam ações formativas sobre as políticas de proteção às mulheres, incentivando a formação de promotoras legais indígenas e agentes indígenas de proteção social intrafamiliar, para atuar na prevenção de denúncia e encaminhamento bem como promover seminários, rodas de conversa, oficinas e materiais educativos, assegurando a articulação com a educação escolar indígena e a proteção dos profissionais envolvidos. Garantir a realização de concursos públicos específicos e diferenciados em todas as esferas reservando vagas para mulheres indígenas, especialmente para as vítimas de violência.

PROPOSTA 3

Garantir a **participação paritária e efetiva das mulheres indígenas, de modo a fortalecer a “Bancada do Cocar”**, bem como em todos os espaços de decisão, assegurando o mínimo 50% de representatividade nos conselhos, comitês gestores, grupos de trabalho, consultas públicas e demais instâncias governamentais e não governamentais, entidades e demais instâncias representativas dos povos originários, bem como, a criação de Conselho Nacional de Direitos das Mulheres Indígenas, com desdobramentos nos âmbitos municipal, estadual e regional, formulação e execução de políticas públicas, nos âmbitos municipal, estadual e federal de modo a assegurar a presença de mulheres jovens, mães, anciãs e LGBTQIA+ nesses espaços, por meio da oferta de cuidado infantil, formação política, escuta especializada e contratação de mulheres indígenas nos processos de estudo, planejamento e implementação das políticas, especialmente nas áreas da saúde, educação, proteção territorial e direitos indígenas.

PROPOSTA 4

Garantir a criação, implementação e estruturação das **Casas da Mulher Indígena (CAMIs)** em todos os biomas, como espaços de acolhimento, proteção e fortalecimento das mulheres e meninas indígenas em situação de violência, oferecendo ações de formação, reintegração e cuidado, garantindo o respeito às especificidades culturais dos territórios, responsabilizando o Estado pela segurança das vítimas antes, durante e após a denúncia e assegurando a participação ativa das mulheres indígenas em todo o processo de criação e gestão das CAMIs, de modo que sua coordenação e pelo menos 50% de suas equipes profissionais sejam compostas por mulheres indígenas.

PROPOSTA 5

Implementar **Centros de Referência da Mulher Indígena** em, no mínimo, 50% dos municípios brasileiros, com prioridade para aqueles que abrangem territórios indígenas, garantindo espaços de prevenção, acolhimento, denúncia e acompanhamento dos casos de violência, em articulação com as políticas de saúde, educação, assistência social e segurança pública. Esses centros de referência devem contar com orçamento público permanente, gestão intersetorial, equipes multidisciplinares com formação continuada, presença de tradutoras indígenas e atuação culturalmente sensível às demandas e especificidades dos territórios,

também gerar dados sobre as violências que as mulheres indígenas sofrem e ter uma equipe profissional composta majoritariamente por profissionais mulheres indígenas.

PROPOSTA 6

Implementar um **programa de combate à exploração sexual em territórios indígenas**, com foco na proteção de mulheres, adolescentes e crianças, integrando políticas intersetoriais nas áreas de educação, saúde, segurança e assistência social e garantindo orçamento para ações de acolhimento, atendimento à saúde e geração de renda.

PROPOSTA 7

Que o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), em articulação com demais ministérios, órgãos, instituições, estados, municípios e controle social, desenvolva e implemente **políticas públicas integradas de proteção às mulheres**, meninas e crianças indígenas, por meio da criação de redes regionais e locais de apoio, ações preventivas intersetoriais, protocolos de atendimento articulados entre órgãos competentes, comissões de mulheres e comitês de mulheres, núcleos e projetos institucionais de combate ao racismo e à todas as formas de violência, incluindo as especificidades das comunidades nos planos governamentais, responsabilizando os agressores de forma efetiva, promovendo o acolhimento das vítimas de violência e garantindo uma abordagem transversal, interseccional, culturalmente adequada e que respeite os saberes e direitos coletivos dos povos indígenas.

PROPOSTA 8

Fortalecer a **rede interfederativa de atenção à saúde dos povos indígenas**, por meio da criação de espaços e programas culturais, esportivos e de lazer permanentes voltados a crianças, adolescentes, jovens e mulheres indígenas, especialmente aquelas em situação de violência de gênero, integrando o trabalho de curandeiras, pajés, lideranças espirituais e psicólogas, educadoras físicas e lideranças comunitárias para promover o bem viver e o viver bem dos povos indígenas.

PROPOSTA 9

Fortalecer as organizações, associações, empreendimentos, **conscientização e proteção do direito à espiritualidade das mulheres indígenas**, garantindo políticas públicas, editais e recursos para a geração de renda e a autonomia econômica por meio de programas de qualificação profissional, fortalecimento das cadeias produtivas, promoção de iniciativas sustentáveis que integrem práticas tradicionais, como culinária, artesanato, religiosidade, rituais sagrados de batismo, moda, medicina indígena, acesso à saúde física e mental, políticas específicas de renda para mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, e leis que assegurem o direito das artesãs indígenas à comercialização legal dos seus artefatos tradicionais, incluindo mulheres indígenas transfronteiriças em mobilidade, bem como, a implementação de **políticas públicas específicas, para mulheres indígenas em situação de rua e vulnerabilidade social**, como vítimas de violência, incluindo a criação de um acolhimento permanente para mulheres e meninas indígenas, como as “casas de passagem”.

PROPOSTA 10

Garantir a autonomia e educação das mulheres indígenas e seus filhos, com a criação do **Fundo Nacional das Mulheres Indígenas (FNMI)** com gestão integral das representantes das organizações de mulheres indígenas.

PROPOSTAS APROVADAS

PROPOSTA 01

Ampliar o atendimento jurídico gratuito e assegurar a oferta permanente de serviços itineran-

tes de acesso à justiça e assistência jurídica, com metodologias adequadas às especificidades socioculturais de cada povo indígena, garantindo intérpretes de línguas indígenas e respeitando os seus diferentes tempos, modos e sistemas culturais.

PROPOSTA 02

Implantar delegacias especializadas no atendimento às mulheres indígenas em municípios e territórios com maior incidência de violência, garantindo ao menos 40% de cobertura, com a presença de tradutoras indígenas, bem como delegadas e equipes formadas em direitos indígenas, combate ao racismo institucional, escuta qualificada e acolhimento digno e efetivo às vítimas, respeitando suas especificidades culturais, linguísticas e espirituais.

PROPOSTA 03

Incentivar a formação de promotoras legais indígenas e agentes indígenas de proteção social e intrafamiliar, para atuar na prevenção, denúncia e encaminhamento de casos, tanto em territórios indígenas como em contextos urbanos e não aldeados.

PROPOSTA 04

Garantir o acesso pleno e adequado das mulheres indígenas aos serviços públicos, por meio da contratação de tradutoras e educadoras indígenas falantes das línguas originárias para atuarem em escolas, unidades de saúde, delegacias, audiências, órgãos de assistência social, casas de acolhimento e demais instituições públicas e de justiça, assegurando a tradução de documentos oficiais para as línguas indígenas, a mediação intercultural por intérpretes, linguistas e facilitadores culturais e o direito à presença de acompanhante em atendimentos quando não houver tradutor disponível, bem como a formação de profissionais da educação, saúde e assistência sobre preconceito e direitos linguísticos, de forma a respeitar a diversidade linguística, os saberes tradicionais e os modos de organização dos povos indígenas.

PROPOSTA 05

Garantir a realização de concursos públicos específicos e diferenciados nas esferas municipal, estadual e federal, bem como instituir cotas de gênero e reserva de vagas para mulheres indígenas nos editais, garantindo a paridade de gênero e a representatividade plural dos povos indígenas nas instâncias de poder e decisão.

PROPOSTA 06

Produzir materiais educativos de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas, com linguagem acessível e adequação cultural às realidades dos territórios, assegurando o protagonismo das próprias mulheres indígenas na elaboração dos conteúdos formativos, incluindo versões comentadas da Lei Maria da Penha.

PROPOSTA 07

Garantir que o Estado exija como medida de ressocialização e responsabilização dos autores de violência que já passaram pelo sistema de justiça, a participação em rodas de conversa e ciclos de formação sobre a violência contra mulheres, jovens e meninas, de acordo com o Artigo nº 35 da Lei Maria da Penha.

PROPOSTA 08

Criar canais específicos e acessíveis de denúncia para mulheres indígenas em situação de violência, como aplicativos, atendimento via WhatsApp e aba dedicada no Disque 180, desenvolvidos de acordo com as especificidades culturais e linguísticas dos territórios, assegurando a responsabilização dos agressores, a proteção das vítimas e a geração de dados para formulação de políticas públicas direcionadas.

PROPOSTA 09

Estabelecer cotas para mulheres indígenas nos Conselhos Tutelares dos municípios e criar Conselhos Tutelares Indígenas nos territórios, com equipes multidisciplinares e composição assegurada de, no mínimo, 50% de mulheres indígenas, priorizando sua participação na coordenação.

PROPOSTA 10

Criar a Lei Daiane Gria Sales como instrumento de conscientização, prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres indígenas, elaborar leis que proíbam a contratação de agressores denunciados por violência contra as mulheres, bem como ampliar o conhecimento e o acesso à Lei Maria da Penha, promovendo sua tradução e disseminação em línguas indígenas e assegurando a efetiva aplicação de suas medidas protetivas para mulheres, meninas e crianças indígenas vítimas de violência, com sensibilidade aos contextos culturais de cada território.

PROPOSTA 11

Aprovar e implementar com urgência o Projeto de Lei nº 4.381/2023, de autoria da deputada federal Célia Xakriabá, que estabelece atendimento especializado e diferenciado para mulheres indígenas em situação de violência nos sistemas de justiça e segurança pública, garantindo proteção adequada, respeitando as especificidades de cada território e assegurando o atendimento de casos que não se enquadram nos critérios da Lei Maria da Penha, por meio da atuação das delegacias especializadas.

PROPOSTA 12

Estabelecer um protocolo intercultural e interinstitucional para a identificação e notificação de violências contra mulheres e meninas indígenas, com fluxos articulados entre os serviços de saúde, assistência social, segurança pública e justiça, garantindo resposta intersetorial eficaz, respeito às especificidades culturais e linguísticas, sigilo profissional, desagregação de dados e articulação com o Sistema único de Saúde (SUS) e o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). A medida deve assegurar a visibilidade das mulheres indígenas nas estatísticas oficiais e fortalecer a notificação compulsória como ferramenta de proteção e garantia de direitos.

PROPOSTA 13

Elaborar, aprovar e implementar o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência de Gênero contra Mulheres Indígenas, com políticas de proteção específicas que promovam: (a) espaços específicos, acessíveis e culturalmente adequados para acolhimento, denúncia, fiscalização e produção de dados sobre a violência contra mulheres indígenas; (b) formação e atuação de equipes multiprofissionais, compostas prioritariamente por mulheres indígenas, para acolhimento das indígenas vítimas de violência, com protocolos específicos de atendimento; (c) fortalecimento dos mecanismos de justiça tradicional, respeitando as formas ancestrais de resolução de conflitos; (d) campanhas de conscientização e prevenção da violência de gênero e; (e) termos de cooperação entre o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), o Ministério da Saúde (MS), o Ministério das Mulheres (MMULHERES), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e demais órgãos competentes, para viabilizar as políticas do Plano.

PROPOSTA 14

Assegurar a responsabilização de lideranças indígenas e a efetiva aplicação da legislação vigente nos casos de omissão diante de qualquer forma de violência contra mulheres indígenas.

PROPOSTA 15

Criar unidades móveis e fluviais de segurança pública, para atuar nas aldeias e em áreas de difícil acesso.

PROPOSTA 16

Que o Ministério Público Federal (MPF), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e Conselhos Tutelares, em diálogo com as lideranças locais e comunidades envolvidas, assegurem o acompanhamento e a proteção integral de crianças e adolescentes indígenas vítimas de violência sexual, garantindo, nos casos de afastamento do núcleo familiar, a prioridade de acolhimento por membros da família extensa e, na ausência destes, a adoção preferencial por família indígena pertencente ao mesmo povo, com o objetivo de preservar vínculos culturais, identitários e comunitários.

PROPOSTA 17

Garantir orçamento específico e articulação interfederativa para a criação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado (CREAS) nos territórios indígenas, com autonomia, estruturas físicas adequadas, metodologias culturalmente sensíveis às especificidades dos territórios e equipes compostas prioritariamente por mulheres indígenas falantes das línguas originárias.

PROPOSTA 18

Garantir que os governos estaduais assegurem o acesso à energia elétrica nos territórios de retomada, por meio da articulação de diálogos das concessionárias de energia com os povos indígenas.

PROPOSTA 19

Garantir que as mulheres e meninas indígenas em situação de mobilidade tenham seus direitos assegurados em todo o território nacional.

PROPOSTA 20

Implementar os direitos constitucionais dos povos indígenas em mobilidade, conforme previsto na Lei 13.445/2017 (que dispõe sobre os direitos e deveres dos migrantes), garantindo o reconhecimento oficial de suas etnias pelo Estado brasileiro, promovendo o acesso pleno a direitos básicos em todos os contextos e assegurando a criação de Centros de Acolhimento para Povos Indígenas Transfronteiriços e em mobilidade nas capitais dos estados brasileiros, com atendimento humanizado a indígenas em deslocamento forçado, proteção cultural, apoio à reconstrução dos modos de vida e respeito às identidades étnicas, vínculos comunitários e especificidades socioculturais dos povos atendidos.

PROPOSTA 21

Regulamentar o uso das redes sociais por meio da implementação de mecanismos eficazes de monitoramento e responsabilização, visando coibir conteúdos e ações que promovam violência, discurso de ódio ou ataques contra mulheres, garantindo a proteção dos direitos e da dignidade das mulheres indígenas.

EIXO TEMÁTICO 4: SAÚDE

PROPOSTAS PRIORIZADAS

PROPOSTA 1

Que o Ministério da Saúde (MS), garanta dotação orçamentária por meio da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), **crie Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e estabeleça Polos-Base nos territórios indígenas que ainda não contam com essa estrutura**, garantindo comissões indígenas em todos os DSEIs para promover o diálogo intercultural com os órgãos envolvidos na sua gestão. Além disso, que assegure dotação orçamentária específica para a aquisição e manutenção de ambulatórios móveis, com o objetivo de ampliar o acesso da população indígena aos serviços de saúde, especialmente nas regiões remotas, de difícil acesso ou com baixa cobertura assistencial, independente do território ser demarcado, estar em processo de demarcação ou em áreas de retomadas.

PROPOSTA 2

Implantar casas de saúde indígena, casas de parteira e casas da mulher nos territórios, com orçamento específico e estrutura adequada para acolhimento, formação intercultural continuada, valorização dos saberes tradicionais, reabilitação e atendimento psicossocial. As casas devem promover educação, saúde e atendimento do cuidado integral das mulheres e crianças indígenas, assegurando a atuação de parteiras tradicionais, majés, médicas, psicólogas, assistentes sociais, nutricionistas, odontólogas e educadoras indígenas nas equipes multidisciplinares de saúde indígena, que sejam específicas para as casas, de modo a garantir o acesso à saúde e enfrentar a violência e as desigualdades sociais, respeitando as práticas e identidades culturais de cada povo.

PROPOSTA 3

Estabelecer conexão direta entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Fazenda e o Congresso Nacional, com o objetivo de **financiar espaços de acolhimento seguros para mulheres indígenas** (aldeadas e em retomada) que sofrem violência nas áreas urbanas, com orçamento específico, entre os setores municipal, estadual e federal, com participação ativa da sociedade civil, dos conselhos locais e distritais de saúde indígena e cooperação de instituições públicas e privadas. Esses espaços devem contar com: (a) atuação de equipes multiprofissionais especializadas, intérpretes indígenas e atenção espiritual (biopsicossocial qualificada); (b) estudo e respeito a todas as identidades de gênero não reconhecidas ainda e suas respectivas orientações sexuais; (c) consideração às especificidades territoriais para evitar o isolamento das vítimas; (d) ações educativas com os agressores visando neutralizar a violência e; (e) articulação com os serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), Sistema Único de Saúde (SUS) e canais de denúncia como o Disque 180.

PROPOSTA 4

Que o Ministério da Saúde (MS), em articulação com a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e municípios, estados e o Distrito Federal, **assegure, por meio de fila específica no Sistema de Regulação (SISREG), o direito de acesso a exames, leitos e procedimentos de média e alta complexidade para a população indígena**, em especial as meninas e mulheres, sendo garantido através de protocolos, considerando as especificidades culturais, sociais e biológicas em todos os ciclos de vida. Também é importante a garantia de transporte acessível e adequado de acordo com as condições geográficas, promovendo o deslocamento de mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida para atendimento de saúde fora de seu domicílio.

PROPOSTA 5

Garantir a implementação de ações específicas de combate à violência obstétrica, dentro dos hospitais e maternidades, assegurando a qualificação profissional, o respeito integral à autonomia das mulheres indígenas e uma experiência de parto acolhedora, humanizada, segura, digna e culturalmente sensível, de modo a garantir apoio emocional e psicológico, bem como valorizar os saberes ancestrais e reconhecer as práticas tradicionais de cuidado com a saúde dos territórios, bem como possibilitar a escolha de acompanhantes tradicionais e o acompanhamento de parteiras indígenas do início da gestação, parto e puerpério, promovendo a participação ativa das comunidades indígenas no processo de coleta, análise e utilização dos dados, a fim de subsidiar políticas públicas eficazes de prevenção, proteção e atendimento às vítimas de violência obstétrica.

PROPOSTA 6

Que o Ministério da Saúde (MS) **assegure a efetivação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), garantindo ampliação do orçamento para o fortalecimento da medicina tradicional indígena, dentro e fora dos territórios**, de modo a: (a) propiciar a entrada das medicinas indígenas nas unidades de saúde e hospitais; (b) assegurar a atuação de parteiras, benzedeiras, raizeiras, erveiras, majés e demais especialistas indígenas, em articulação com as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI); (c) qualificar os trabalhadores da saúde em temas como equidade de gênero, sexualidade, cuidados de pré-natal e redução de procedimentos invasivos em mulheres indígenas; (d) incentivar encontros intergeracionais entre anciãs, jovens e adolescentes, para debater as medicinas indígenas e o avanço das ações de atenção à saúde; (e) criar espaços culturais dentro das Unidades Básicas de Saúde Indígena, farmácias vivas e casas de reza, fornecendo os equipamentos e insumos necessários para o seu funcionamento e promovendo a produção e consumo de remédios naturais, fortalecendo e assegurando a manutenção e expansão das farmácias vivas nos territórios indígenas; (f) valorizar o conhecimento tradicional do bem-viver, criando uma categoria da Classificação Internacional de Doenças (CID) que assegure legalmente o atestado de tratamento espiritual e tratamento natural, reconhecendo e respeitando as especificidades de cada povo indígena.

PROPOSTA 7

Que o Ministério da Saúde (MS), em articulação com o Ministério de Educação (MEC) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), **garanta recursos para a contratação, regulamentação e valorização de parteiras, raizeiras, benzedeiras, curandeiras, pajés e demais detentoras de saberes tradicionais**, assegurando seu reconhecimento oficial como integrantes do sistema de saúde indígena, sua inclusão nas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) e sua atuação, tanto no cuidado direto, quanto na formação de profissionais da saúde.

PROPOSTA 8

Garantir, por meio de legislação específica, a **reserva de 50% das vagas para mulheres indígenas nos Conselhos Locais de Saúde (CLS), Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e Fórum dos Presidentes dos Conselhos Distritais (FPCONDISI), bem como reserva de vagas no Conselho Nacional de Saúde (CNS) e nas Conferências Nacionais de Saúde Indígena**, assegurando a equidade de gênero, a autonomia e a participação efetiva das mulheres indígenas nos espaços de discussão e formulação de políticas públicas.

PROPOSTA 9

Criar um programa de combate ao alcoolismo e entorpecentes nos territórios indígenas, com orçamento garantido para ações de acolhimento, orientação e sensibilização, bem como oficinas e atividades voltadas para a prevenção e enfrentamento do alcoolismo, do uso de entorpecentes, do suicídio e da violência contra a mulher, com a participação das

mulheres e principalmente dos homens, visando a construção coletiva de uma cultura de respeito, equidade de gênero e valorização das identidades culturais. Também criar ações de apoio psicossocial nos territórios, que estruture políticas de saúde mental específicas para mulheres indígenas, de modo a ampliar também a contratação de psicólogas indígenas e equipes multidisciplinares de saúde.

PROPOSTA 10

Que o Ministério da Saúde (MS) **garanta orçamento específico e permanente para a formação continuada de todos os profissionais que atuam na saúde indígena**, de modo a promover o atendimento qualificado e humanizado a partir de: (a) formação que aborde temas como o racismo institucional, saúde mental, o respeito às identidades de gênero e orientações sexuais, assédio, direitos sexuais e reprodutivos; (b) fortalecimento da formação dos profissionais de saúde no manejo da hemorragia pós-parto e violência obstétrica, em todas as unidades de saúde, com ênfase na prevenção, detecção precoce e tratamento eficaz, visando a redução da mortalidade materna e a promoção de um cuidado seguro e qualificado às gestantes e; (c) enfoque nas especificidades culturais, territoriais e linguísticas dos povos indígenas, viabilizando a participação de especialistas indígenas, como parteiras, benzedeiras, pajés e raizeiras, bem como a elaboração conjunta de materiais interculturais e campanhas.

PROPOSTAS APROVADAS

PROPOSTA 01

Que o Ministério da Saúde (MS), o Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e as secretarias estaduais e municipais de saúde garantam recursos para ampliar o atendimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), tendo especial atenção às mulheres indígenas e assegurando políticas específicas tanto para os indígenas que vivem em seus territórios, quanto para os que vivem em mobilidade ou em contexto urbano.

PROPOSTA 02

Que o Ministério da Saúde (MS) promova a ampliação do atendimento odontológico às populações indígenas, assegurando a destinação de recursos financeiros específicos para essa finalidade e considerando os procedimentos de média e alta complexidade.

PROPOSTA 03

Implantar núcleos indígenas nos serviços de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde, especialmente em hospitais, com orçamento específico para oferecer atendimento humanizado, respeitoso e culturalmente adequado às mulheres indígenas. Esses núcleos devem contar com equipes bilíngues ou multilíngues qualificadas, especialistas indígenas e cotas específicas para exames de alta complexidade, de modo a fortalecer a confiança das pacientes nos processos de pré-parto, parto, puerpério e demais procedimentos de saúde, promovendo uma comunicação intercultural e eficaz entre pacientes e equipes, integrando os conhecimentos técnicos com os saberes indígenas e assegurando o reconhecimento das práticas tradicionais de cuidado na atenção à saúde.

PROPOSTA 04

Que o Ministério da Saúde (MS) institua, fomenta e fortaleça políticas de saúde integral para mulheres indígenas em todos os ciclos de vida, com especial atenção à qualidade de vida das anciãs e às especificidades culturais dos territórios.

PROPOSTA 05

Fortalecer a articulação interfederativa, com foco nas atividades legislativas do Congres-

so Nacional e das Assembleias Legislativas Estaduais, de modo a garantir orçamento para o fornecimento de água potável, bem como para a fiscalização e monitoramento permanentes da contaminação da água, do ar e do solo, por meio de estudos de impacto do uso de agrotóxicos dentro das comunidades e na saúde dos povos indígenas, considerando especialmente as mulheres e grupos mais vulneráveis, em médio e longo prazo, incluindo atendimentos e exames periódicos para diagnosticar níveis de intoxicação com agrotóxicos, com o intuito de subsidiar ações legislativas para a proibição do uso de agrotóxicos nas plantações.

PROPOSTA 06

Que o Ministério da Saúde (MS), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), assegure políticas e atividades com a participação de mulheres indígenas conhecedoras das ervas medicinais, para atuarem junto às escolas indígenas e não indígenas, institutos federais e universidades, promovendo a valorização e a transmissão dos saberes tradicionais indígenas relacionados à utilização das plantas medicinais e contribuindo para a preservação cultural, o respeito à diversidade e o fortalecimento da identidade indígena.

PROPOSTA 07

Criar um canal de denúncia de assédio e proteção para profissionais da saúde indígena, visando combater o discurso dos caciques, que muitas vezes não permitem que as violências sejam tratadas legalmente.

PROPOSTA 08

Que o Ministério da Saúde (MS), em articulação com as secretarias estaduais e municipais de saúde, garanta orçamento específico para a ampliação do quadro de profissionais atuantes em todos os níveis do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), incluindo gestão, atenção básica, média e alta complexidade, de modo a assegurar tanto a contratação de profissionais especialistas (oncologistas, pediatras, ginecologistas, obstetras, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e sanitaristas), como a contratação de detentores de saberes e práticas tradicionais da medicina indígena, como parteiras, pajés e curandeiras.

PROPOSTA 09

Implementar, efetivar e divulgar o Programa de Cuidado com a Saúde Animal, oferecendo atendimento veterinário, campanhas de vacinação, vermifugação, castração, bem como ações educativas, como oficinas de informação e conscientização junto às comunidades.

EIXO TEMÁTICO 5: EDUCAÇÃO E A TRANSMISSÃO DE SABERES ANCESTRAIS PARA O BEM VIVER

PROPOSTAS PRIORIZADAS

PROPOSTA 1

Garantir **cotas específicas para mulheres indígenas nos processos seletivos** de instituições de ensino superior públicas e institutos federais, assegurando, no mínimo, 30% das vagas e ampliando o percentual de cotas nos programas de pós-graduação. Além disso, instituir reserva de vagas para docentes indígenas, especialmente mulheres, e criar protocolos de reconhecimento e validação de pertencimento étnico com base na consulta livre, prévia e informada, garantindo a participação efetiva das mulheres indígenas na elaboração dos critérios e nas bancas de heteroidentificação.

PROPOSTA 2

Implementar **políticas de permanência e proteção social para meninas, mulheres e mães indígenas** em escolas, universidades e instituições de ensino técnico e superior, públicas e privadas, dentro e fora dos territórios, garantindo bolsas de estudo em todas as etapas da formação, casas de apoio estudantil, apoio logístico para o deslocamento e espaços de cuidado para os filhos das estudantes mães, de modo a assegurar a participação plena das mulheres indígenas na educação básica e no ensino superior.

PROPOSTA 3

Implementar a **Lei nº 11.645/2008** (que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas), a **Resolução CNE/CEB nº 05/2012** (que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena) e **legislações correlatas**, com mecanismos de fiscalização e prazos definidos, de modo a incluir a história, língua e cultura dos povos indígenas nos currículos escolares, bem como ações educativas de combate ao racismo e violência contra os estudantes indígenas e conteúdos que valorizem a resistência, os saberes e o protagonismo das mulheres indígenas, desde a educação infantil até o ensino superior, utilizando literaturas e materiais didáticos indígenas com foco nos conhecimentos tradicionais das mulheres indígenas, educação ambiental e biomas do Brasil, financiados por meio de recursos federais e estaduais. Reconhecer as **ações do Abril Indígena e Agosto Indígena e incluí-las nos planos de ação** das secretarias de educação como “Ensino e Festividades”.

PROPOSTA 4

Reformar as matrizes curriculares da Educação Escolar Indígena, com ênfase nos saberes ancestrais, na interculturalidade, no fortalecimento linguístico e no protagonismo das mulheres indígenas, de modo a: (a) atualizar o Referencial Curricular Nacional da Educação Escolar Indígena (RCNEI), com a perspectiva das mulheres indígenas; (b) garantir a inclusão de disciplinas e conteúdos sobre uso do território indígena, educação ambiental e climática, equidade de gênero e direitos das mulheres indígenas; (c) valorizar as línguas maternas, a cosmovisão indígena, as narrativas históricas, os rituais e as práticas de cuidado com a terra e a saúde, (d) assegurar a presença de educadoras indígenas; (e) promover a produção de materiais didáticos apropriados; f) criar e garantir o funcionamento de sala de recursos multifuncionais nas escolas indígenas, com recursos anuais para materiais específicos de formação e contratação de professores indígenas; g) promover e dar suporte educacional especializado assegurando o atendimento de crianças atípicas, com deficiência e transtorno global de desenvolvimento das aldeias e; h) assegurar a participação das comunidades indígenas na construção do cardápio escolar, bem como assegurar o fornecimento da merenda escolar em territórios de difícil acesso.

PROPOSTA 5

Garantir a construção, reforma e funcionamento de **escolas indígenas em todos os territórios, incluindo áreas de retomadas, contextos urbanos e zonas periféricas**, de modo a contemplar todas as áreas da educação, do ensino infantil ao ensino básico. Com a construção de centros de educação indígenas, assegurando a abertura de salas de aula independentemente do número de estudantes, o abastecimento de água potável e estrutura adequada às especificidades culturais, identitárias e territoriais de cada povo.

PROPOSTA 6

Promover, em articulação com universidades, instituições governamentais e organizações indígenas, **programas de formação política, acadêmica e técnica voltados às mulheres indígenas**, com foco em direitos, empoderamento, intercâmbios culturais entre povos, combate à violência e enfrentamento ao machismo, gestão territorial, geração de renda e gestão de organizações, associações e coletivos de mulheres indígenas, respeitando os saberes tradicionais, garantindo paridade de gênero nas atividades institucionais e garantindo sua par-

participação ativa em conselhos, comissões, comitês e núcleos de educação escolar indígena, bem como a reativação do assento indígena no Conselho Nacional de Educação (CNE), com prioridade para a presença de mulheres indígenas.

PROPOSTA 7

Que o governo brasileiro, estados e municípios, promovam **políticas culturais específicas para mulheres indígenas**, de modo a: (a) assegurar recursos para a construção e manutenção de espaços físicos e ações culturais indígenas; (b) criar editais específicos para mulheres indígenas, que contemplem temas como cultura, educação, território e artesanato, em quantidade proporcional aos editais não indígenas; (c) estimular grupos de fortalecimento cultural liderados por mulheres, como corais, contação de histórias e oficinas de escrita; (d) apoiar e implementar políticas públicas de valorização do multilinguismo e de fortalecimento e revitalização do uso das línguas indígenas, cantos, pinturas, saberes tradicionais e demais patrimônios culturais dos povos indígenas e; (e) garantir que as políticas públicas de cultura para os povos originários sejam executadas por pessoas indígenas.

PROPOSTA 8

Garantir a **contratação por concurso público específico e diferenciado de professoras e professores indígenas para escolas de ensino básico e universitário**, bem como formação intercultural continuada de professoras e professores indígenas, com ênfase nas línguas maternas e nos saberes tradicionais, bem como educação inclusiva, assegurando a participação remunerada de anciãs e pessoas de notório saber nos processos formativos.

PROPOSTA 9

Garantir **concursos públicos e seletivos específicos para professores indígenas**, tanto na educação escolar indígena quanto no ensino superior e tecnológico, assegurando reconhecimento institucional dos saberes ancestrais, equidade de gênero e contratação, bem como Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), respeitando as especificidades de cada território, com aplicação de avaliações educacionais nas línguas indígenas (ou com provas específicas) e implementação de políticas públicas de saúde mental para profissionais da educação.

PROPOSTA 10

Criar a **Secretaria Especial de Educação Indígena (SEEI)**, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), implementando o Fundo de Educação Escolar Indígena, para produção e publicação de materiais didáticos e construção de escolas, garantindo orçamento próprio e gestão indígena, reconhecendo a diversidade cultural e respeitando os princípios da educação específica, diferenciada, multilíngue, intercultural e comunitária.

PROPOSTAS APROVADAS

PROPOSTA 01

Assegurar o acesso aos acervos museológicos que tenham artefatos indígenas, identificando e catalogando os artefatos ligados à vivência, cultura, técnicas, tradição, espiritualidade e assinaturas das mulheres indígenas, de modo a garantir o direito e identidade de cada povo.

PROPOSTA 02

Que o Ministério da Educação (MEC) garanta recursos e orçamento próprio para transformar a Ação Saberes Indígenas na Escola em política pública permanente, de modo a promover a produção textual de temas voltados para histórias e memórias das mulheres indígenas guardiãs de saberes, respeitando sua cultura, usos e costumes, bem como assegurando a gestão participativa das mulheres indígenas.

PROPOSTA 03

Combater o racismo institucional e promover a igualdade de gênero, tanto na educação escolar indígena, quanto na educação básica e ensino superior, por meio da criação de programas de enfrentamento ao preconceito e às violências contra mulheres indígenas, formação de redes de apoio a estudantes e profissionais vítimas de racismo nos espaços educacionais e implementação efetiva da Lei 11.645/2008 (que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas).

PROPOSTA 04

Garantir formação profissionalizante nos territórios indígenas, de acordo com as necessidades das comunidades e povos indígenas.

PROPOSTA 05

Articular e promover diálogos interculturais que incentivem a troca e a disseminação de boas práticas entre órgãos públicos, gestores, Sistema S e empresas privadas, com foco em ações afirmativas que valorizem a diversidade cultural e promovam a inclusão socioambiental.

PROPOSTA 06

Que os entes federativos garantam a atuação de equipes multidisciplinares nas escolas indígenas, bem como a implantação do modelo de gestão comunitária, de forma que as mulheres participem da coordenação das escolas e da construção dos conteúdos escolares.

PROPOSTA 07

Que o Ministério da Educação (MEC) reconheça oficialmente as escolas próprias criadas pelas comunidades indígenas, garantindo sua autonomia e fornecendo apoio técnico e financeiro para seu pleno funcionamento.

PROPOSTA 08

Garantir para as meninas e mulheres indígenas o direito de licença para rituais indígenas, a ser apresentado em escolas, universidades e empregos, respeitando as culturas e especificidades de cada povo indígena.

PROPOSTA 09

Nacionalizar o curso de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena, pois nem todas as universidades têm faculdades específicas para indígenas.

PROPOSTA 10

Que o Ministério da Educação (MEC) crie e regulamente as categorias de “professor indígena” e “profissional da educação escolar indígena”, bem como reconheça nacionalmente o magistério indígena como curso de formação de professores indígenas.

PROPOSTA 11

Garantir a revalidação dos certificados e diplomas de mulheres indígenas trabalhadoras que migram pela América Latina (Aby Ayala).

PROPOSTA 12

Criar e implementar a Universidade Indígena, com gestão autônoma, protagonismo dos povos indígenas e participação efetiva das mulheres em sua construção, coordenação e processos formativos, garantindo a criação de centros de formação, produção e transmissão de ciências ancestrais, de modo a promover ações intergeracionais e a interculturalidade entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes tradicionais.

ANÁLISE DAS PROPOSTAS DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS

Nesta seção são apresentados os resultados da análise das propostas aprovadas na etapa nacional da 1ª CNMI. Este estudo foi realizado com a finalidade de mapear a arquitetura das prioridades expressas pelas participantes da conferência, identificar a intersectorialidade e as interdependências entre os eixos temáticos e revelar os temas transversais que conectam propostas aparentemente distintas. O resultado é um diagnóstico que visa qualificar o debate, subsidiar a alocação de recursos e a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas com as narrativas da conferência, além de fornecer uma base de evidências para o monitoramento futuro por parte da sociedade civil e do poder público.

Os resultados da análise demonstram uma forte demanda por políticas públicas integradas, com destaque para a conexão entre as pautas de **Saúde (Eixo 4)** e de **Enfrentamento à Violência de Gênero (Eixo 3)**, que compartilham uma linguagem comum de acolhimento, cuidado e proteção. O tema do **Direito e Gestão Territorial (Eixo 1)** emergiu como o pilar central e mais coeso das discussões, sendo a garantia da demarcação e proteção das terras uma condição fundamental para a efetivação de todos os outros direitos. De forma transversal, a análise identificou temas estratégicos que permeiam todos os eixos, notadamente a necessidade de **financiamento específico** (através da criação de fundos e garantia de orçamento) e a exigência de **participação efetiva e paritária** das mulheres indígenas em todos os espaços de decisão e controle social¹.

Foram analisadas todas as propostas aprovadas durante a Etapa Nacional da 1ª CNMI, totalizando **122 propostas**, que representam a síntese das deliberações e demandas validadas pelas delegadas. Este conjunto de propostas está dividido em duas categorias distintas:

- **50 propostas priorizadas, sendo 10 de cada um dos cinco eixos temáticos, que foram selecionadas para leitura e aclamação na plenária final do evento.**
- **72 propostas aprovadas adicionalmente** nos grupos de trabalho, com a seguinte distribuição por eixo: 16 do Eixo 1; 14 do Eixo 2; 21 do Eixo 3; 9 do Eixo 4; 12 do Eixo 5.

¹Nota metodológica: A análise das 122 propostas aprovadas na 1ª CNMI foi conduzida por meio de uma abordagem híbrida, que integra a interpretação **qualitativa** do conteúdo com análise **quantitativa** computacional. Enquanto as técnicas quantitativas permitiram a identificação de padrões, frequências e relações em larga escala, a análise qualitativa foi fundamental para possibilitar interpretação do significado desses padrões no contexto das políticas públicas e das demandas das mulheres indígenas. Foram utilizadas diferentes técnicas de **Processamento de Linguagem Natural (PLN)**, incluindo a modelagem de tópicos (LDA), a análise de frequência de N-gramas e a construção de redes de similaridade semântica.

TERMOS E EXPRESSÕES-CHAVE: O VOCABULÁRIO DA CONFERÊNCIA

A análise das palavras e expressões mais utilizadas funciona como um termômetro dos temas centrais das propostas aprovadas. Os resultados demonstram um vocabulário focado em ação, direitos e sujeitos específicos. Ao categorizar os 20 termos individuais mais recorrentes, podemos identificar os pilares do discurso da 1ª CNMI. As palavras mais frequentes são “mulheres”, “indígenas”, “garantir”, “políticas” e “territórios”. A proeminência do verbo “garantir” sinaliza que as propostas não são apenas de intenção, mas de exigência por efetivação de direitos.

O Sujeito Político Central: Mulheres e Povos Indígenas

Não surpreendentemente, os termos mais frequentes são “mulheres” e “indígenas”, que frequentemente aparecem juntos. A presença massiva desses termos, junto com “povos”, estabelece de forma inequívoca o sujeito político central da conferência. As propostas são articuladas a partir de uma identidade coletiva e com um recorte de gênero explícito.

O Verbo de Ação Dominante: “Garantir”

O verbo mais frequente e a terceira palavra mais comum no geral é “garantir”. Este achado é de extrema importância analítica. O uso predominante de “garantir” em detrimento de verbos como “criar”, “promover” ou “apoiar” (que também aparecem, mas com menor frequência) denota o tom político das propostas. Elas não são apresentadas como sugestões ou pedidos, mas como demandas pela efetivação e cumprimento de direitos pré-existentes ou que precisam ser consolidados em lei. É uma exigência de ação e responsabilização do Estado.

O Escopo das Demandas: Os Domínios da Ação Política

Um grupo significativo de palavras define as áreas temáticas onde a ação do Estado é demandada. Os termos “políticas”, “territórios”, “direitos”, “saúde”, “recursos”, “gestão”, “formação” e “proteção” formam o mapa dos domínios de intervenção. Isso indica que as preocupações não são vagas, mas direcionadas a campos específicos da administração pública e da vida social, como a gestão de terras, o sistema de saúde, a capacitação e a alocação de recursos financeiros.

O Problema Central: “Violência”

A presença do termo “violência” entre os mais frequentes aponta para a questão motivadora de muitas das discussões. Embora apareça com frequência menor que os termos de domínio (como “saúde” ou “territórios”), sua presença no topo sinaliza que o combate à violência é um tema transversal que permeia e justifica a necessidade de ação nas outras áreas.

Em síntese, o vocabulário fundamental da conferência é construído sobre a afirmação de um sujeito político (mulheres indígenas), com uma demanda central de ação (garantir), direcionada a domínios específicos (territórios, saúde, políticas), para resolver problemas urgentes (violência).

Conceitos-Chave (sequências de duas palavras)

A análise das sequências de duas palavras, ou “bigramas”, adiciona contexto e significado aos termos isolados, revelando os conceitos fundamentais que estruturam as 122 propostas. A alta frequência de certas combinações desenha um mapa claro das prioridades e da articulação política das mulheres indígenas.

A expressão **“mulheres indígenas”** é, de longe, a mais frequente, com 96 ocorrências, seguida por **“povos indígenas”** (48) e **“territórios indígenas”** (29). Isso demonstra que as pautas são articuladas a partir de uma identidade coletiva e de sua relação com a terra. Expressões como **“políticas públicas”** e **“saúde indígena”** também se destacam, direcionando as demandas para a ação do Estado, especialmente no setor da saúde.

A Centralidade da Identidade e do Território

As três sequências de duas palavras mais frequentes revelam o pilar sobre o qual a conferência se assenta: a identidade coletiva e sua relação intrínseca com a terra.

- **“mulheres indígenas” (96 ocorrências):** Confirma o sujeito político central, que nomeia e define o escopo de todas as ações.
- **“povos indígenas” (48 ocorrências):** Situa a demanda de gênero dentro de uma luta coletiva e mais ampla dos povos originários.
- **“territórios indígenas” (29 ocorrências):** Estabelece o território não apenas como um espaço físico, mas como o domínio onde a vida, a cultura e os direitos se materializam.

A Ação do Estado como Foco Principal

Um segundo grupo de sequências de duas palavras de alta frequência detalha as áreas específicas onde a ação do Estado é demandada, traduzindo as necessidades em pautas de políticas públicas.

- **“saúde indígena” (20 ocorrências):** Aponta a saúde como uma das áreas mais críticas, exigindo uma abordagem específica e diferenciada.
- **“políticas públicas” (15 ocorrências):** É o instrumento de ação demandado de forma recorrente para a solução dos problemas apresentados.
- **“gestão territorial” (9 ocorrências) e “assistência social” (9 ocorrências):** Especificam os domínios de intervenção, focando no controle sobre a terra e no acesso a serviços de proteção social.

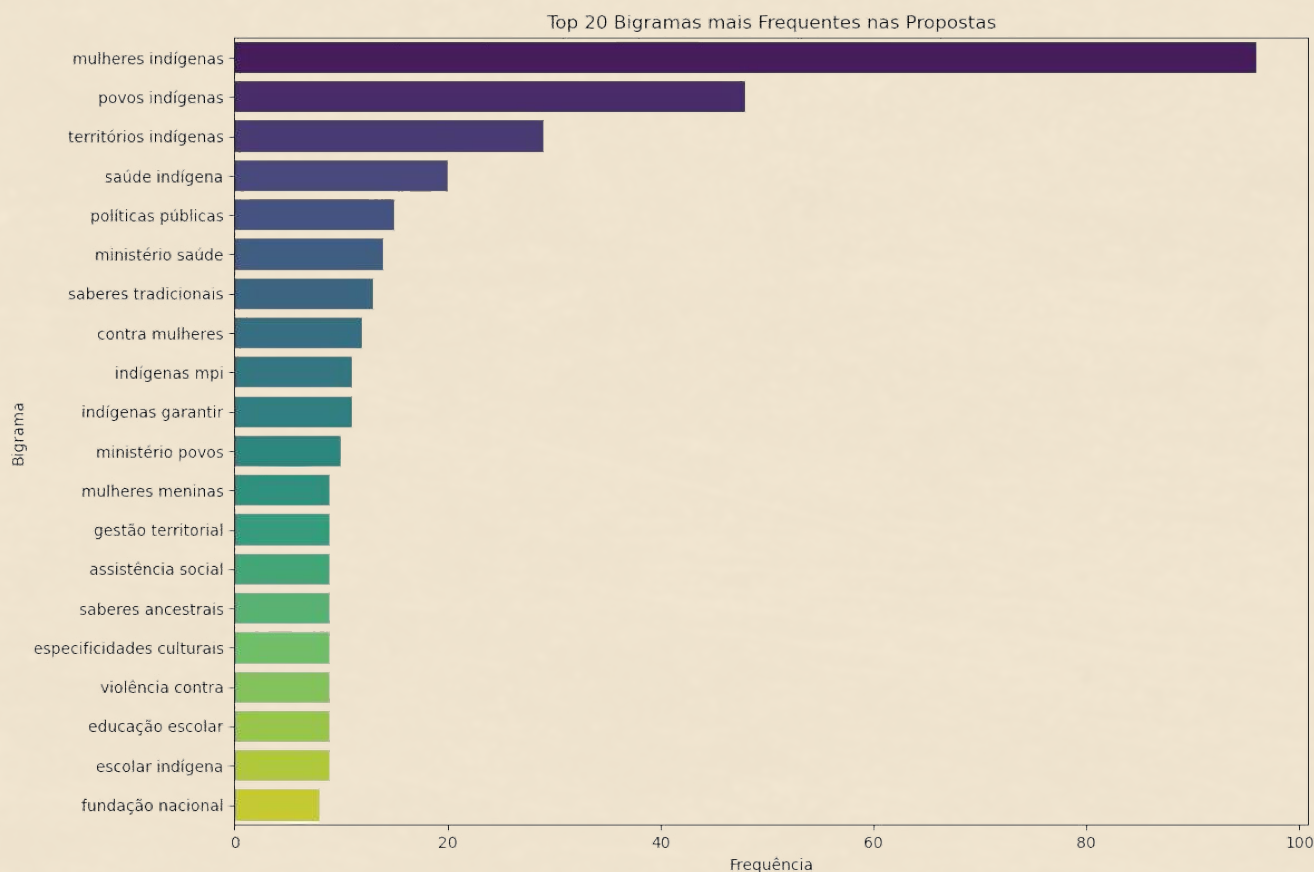
•

A Valorização da Cultura e dos Saberes

A análise revela uma forte ênfase na dimensão cultural como um elemento não negociável em qualquer política a ser implementada.

- **“saberes tradicionais” (13 ocorrências), “saberes ancestrais” (9 ocorrências) e “especificidades culturais” (9 ocorrências):** Este conjunto demonstra uma demanda consistente para que as políticas públicas não sejam apenas entregues, mas que sejam construídas a partir do reconhecimento e da valorização da cultura e dos conhecimentos indígenas.

Gráfico 1: Sequências de duas palavras mais frequentes



A Direcionalidade das Demandas e o Enfrentamento à Violência

As sequências de duas palavras também mostram que as propostas são direcionadas a atores institucionais específicos e buscam combater problemas bem definidos.

- **Atores Institucionais:** Termos como “**ministério (da) saúde**” (14 ocorrências), “**indígenas MPI**” (11 ocorrências, referindo-se ao Ministério dos Povos Indígenas) e “**fundação nacional**” (8 ocorrências, referindo-se à FUNAI) indicam um conhecimento da estrutura do Estado e direcionam a responsabilidade.
- **O Problema da Violência:** A urgência do tema é visível nas expressões “**violência contra**” (9 ocorrências) e “**contra mulheres**” (12 ocorrências), que juntas formam o conceito central do enfrentamento à violência de gênero. A expressão “**mulheres (e) meninas**” (9 ocorrências) também se insere neste contexto, definindo o público-alvo prioritário das políticas de proteção.

Em suma, a análise das sequências de duas palavras eleva a compreensão do vocabulário da conferência, mostrando como as palavras se unem para formar conceitos substanciais e direcionados. Fica claro que as demandas são articuladas em torno da **identidade (mulheres indígenas)**, no **espaço (territórios)**, por meio de **instrumentos (políticas públicas)**, com base em **valores (saberes tradicionais)** e direcionadas a **atores específicos (ministérios)**.

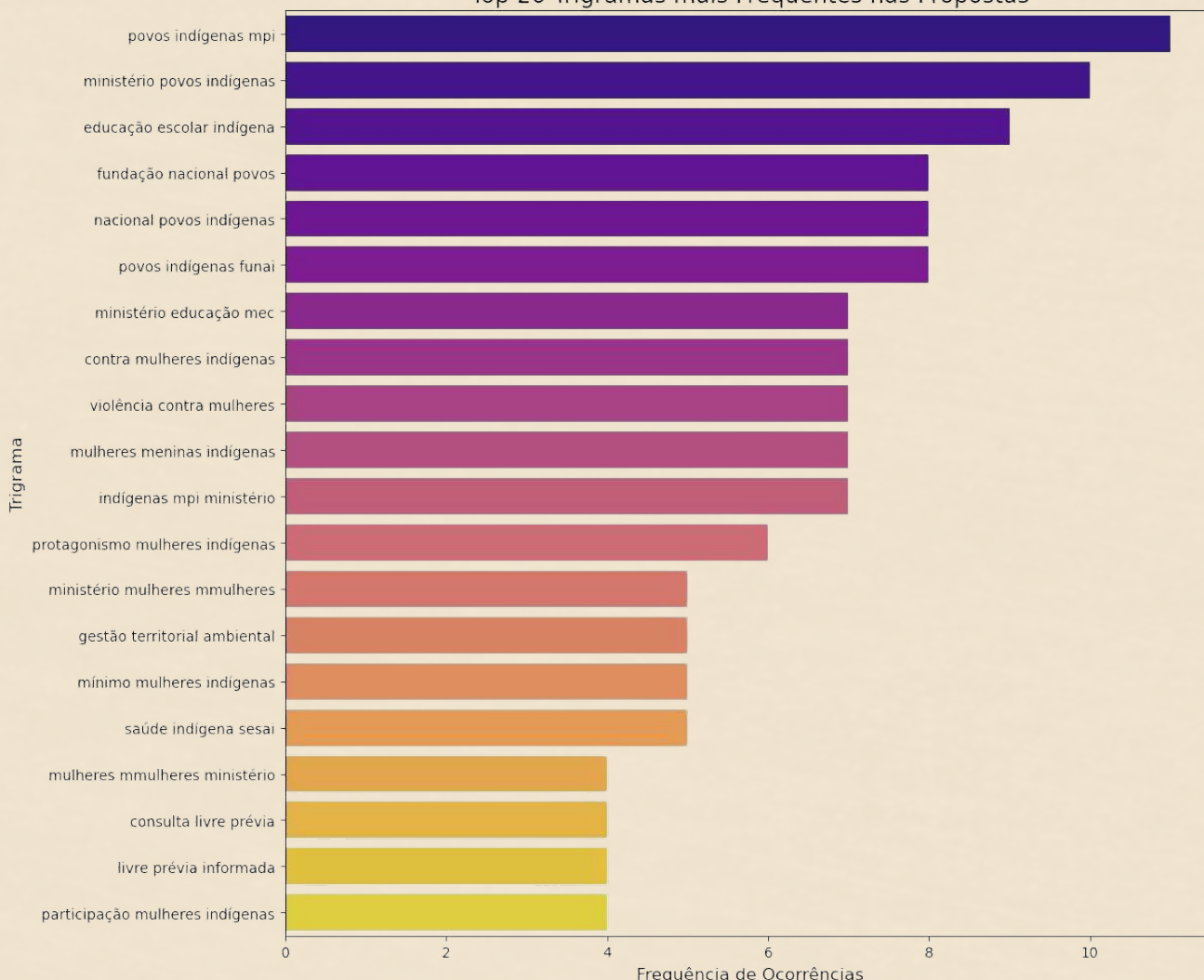
Demandas Específicas (sequências de três palavras)

As sequências de três palavras, ou “trigramas”, detalham ainda mais as demandas, apontando para atores e instrumentos específicos. Expressões como “ministério (dos) povos indígenas”, “educação escolar indígena”, “violência contra mulheres” e “consulta livre prévia” mostram especificidade e conhecimento sobre os mecanismos institucionais e legais que as proponentes buscam acionar ou modificar.

Se as sequências de duas palavras nos mostraram os conceitos-chave, as sequências de três palavras detalham o “**para quem**” e o “**como**” das propostas. A análise dessas expressões revela um conhecimento aprofundado da máquina pública e dos instrumentos de direito, além de reforçar o foco na agência e no protagonismo das mulheres indígenas.

Gráfico 2: Sequências de três palavras mais frequentes

Top 20 Trigramas mais Frequentes nas Propostas



Atores Institucionais e a Direcionalidade das Ações

As sequências de três palavras deixam claro que as propostas não são genéricas; elas são direcionadas a órgãos específicos do governo, demonstrando que as participantes sabem quem responsabilizar pela execução das políticas.

- “ministério (dos) povos indígenas” (10 ocorrências): Aponta o recém-criado MPI como o principal interlocutor e articulador das demandas.
- “fundação nacional (dos) povos” (8 ocorrências) e “povos indígenas FUNAI” (8 ocorrências): Mostram a contínua relevância da FUNAI como órgão executor fundamental, especialmente em pautas territoriais.
- “ministério (da) saúde” (mencionado nas sequências de duas palavras) e “saúde indígena SESAI” (5 ocorrências): Direcionam as demandas de saúde para a Secretaria Especial de Saúde Indígena, o órgão competente dentro do Ministério da Saúde.

Instrumentos Legais e Políticos

A análise das sequências de três palavras evidencia a demanda pela aplicação ou criação de instrumentos legais e políticos específicos.

- “consulta livre prévia” (4 ocorrências) e “livre prévia informada” (4 ocorrências): Juntas, essas expressões somam 8 menções diretas ao mecanismo da Convenção 169 da OIT, um pilar para a garantia do direito de participação e veto sobre projetos que afetem os territórios.
- “educação escolar indígena” (9 ocorrências): Aponta para a necessidade de fortalecer e reformar uma política pública já existente, adequando-a às demandas das mulheres indígenas.
- “gestão territorial ambiental” (5 ocorrências): Detalha o tipo de gestão desejada para os territórios, conectando a pauta territorial à pauta ambiental, como previsto na PNGATI.

Agência e Protagonismo do Sujeito

As sequências de três palavras reforçam que o papel das mulheres indígenas não é o de meras beneficiárias, mas de sujeitos centrais na formulação e execução das políticas.

- “protagonismo (das) mulheres indígenas” (6 ocorrências) e “participação (das) mulheres indígenas” (4 ocorrências): Essas expressões são uma demanda explícita por agência política e poder de decisão.
- “mínimo (de) mulheres indígenas” (5 ocorrências): Esta sequência frequentemente aparece associado à exigência de cotas ou participação paritária (mínimo de 50%), transformando a demanda por participação em uma meta quantificável.

Definição do Problema: A Violência de Gênero com Recorte Étnico

Finalmente, as sequências de três palavras especificam a natureza da violência a ser combatida.

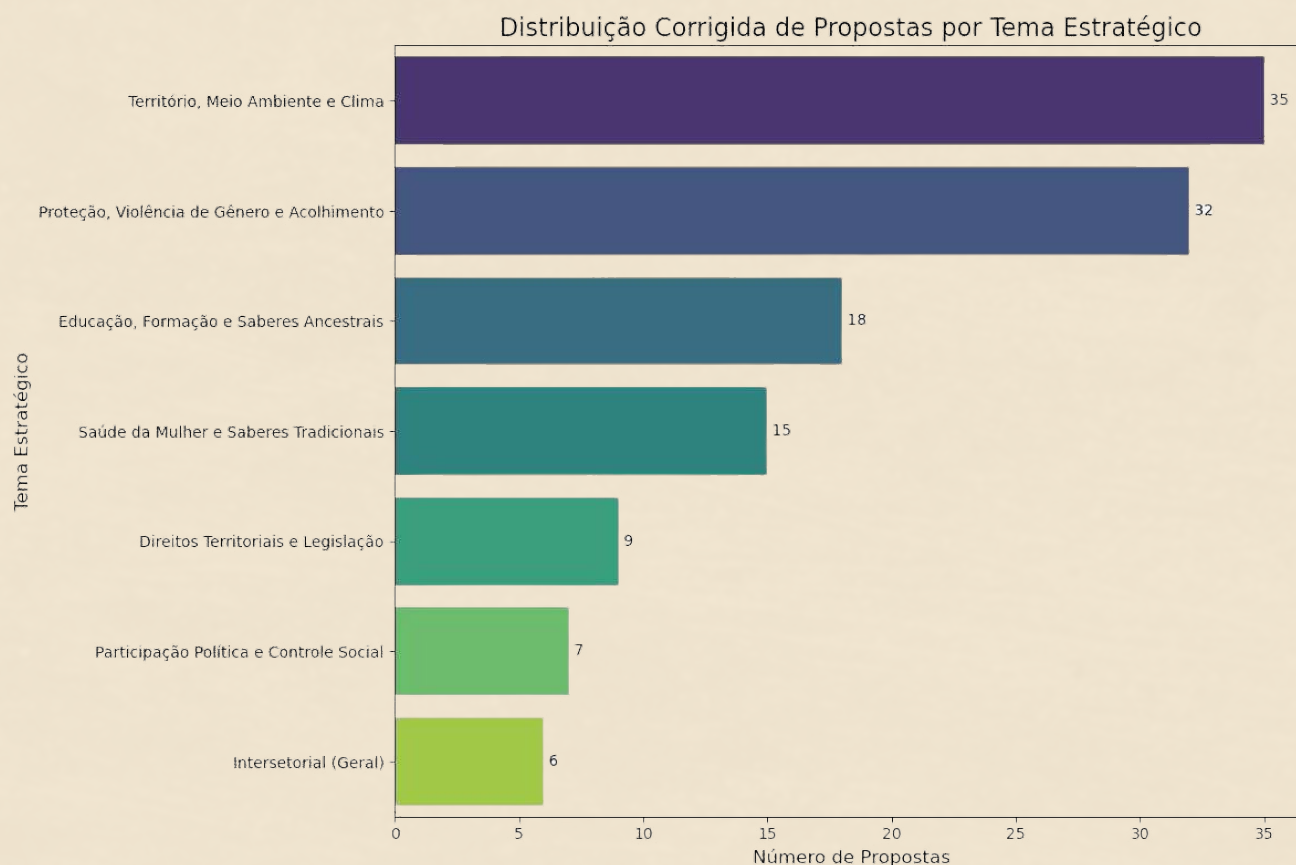
- “violência contra mulheres” (7 ocorrências) e “contra mulheres indígenas” (7 ocorrências): A combinação e a alta frequência dessas expressões mostram que a pauta é o enfrentamento à violência de gênero, com o indispensável recorte de que essa violência assume contornos específicos quando a vítima é uma mulher indígena.
- “mulheres (e) meninas indígenas” (7 ocorrências): Amplia o escopo da proteção, incluindo as meninas como um grupo particularmente vulnerável e que necessita de políticas específicas.

OS SETE TEMAS ESTRATÉGICOS TRANSVERSAIS

Indo além da análise de frequência de termos, é possível aprofundar a análise para descobrir as estruturas conceituais latentes que organizam o conjunto das 122 propostas. Ao agrupar palavras que aparecem com frequência nos textos, mesmo que não ao lado uma da outra, surgem as grandes agendas temáticas estratégicas, também chamadas de “tópicos”, que articularam as discussões da conferência, muitas vezes de forma transversal aos eixos temáticos oficiais.

A análise resultou na identificação de **sete tópicos principais**. O gráfico a seguir ilustra a distribuição desses tópicos, revelando quais temas concentraram o maior número de propostas e, conseqüentemente, a maior energia deliberativa do evento.

Gráfico 3: Distribuição de propostas por tema estratégico



O gráfico acima mostra a prevalência de cada tema estratégico no conjunto das 122 propostas, nos dando uma medida das prioridades da conferência.

- **Hegemonia da Pauta Territorial:** O tema “Território, Meio Ambiente e Clima” se consolida como o mais dominante, com 35 propostas. Isso confirma que a relação com a terra, sua gestão e sua defesa contra as crises climáticas é a agenda prioritária e mais volumosa da conferência.
- **Urgência da Proteção:** Em segundo lugar, “Proteção, Violência de Gênero e Acolhimento”, com 32 propostas, se firma como o outro grande pilar temático. Juntos, Território e Proteção respondem por mais da metade de todas as propostas, definindo o cerne da conferência. Temas Estruturantes: Educação (18 propostas) e Saúde (15 propostas) aparecem como agendas fundamentais e bem estabelecidas, focadas na estruturação de serviços com recorte cultural e de gênero.
- **Temas-Meio:** As pautas de Direitos Territoriais/Legislação (9), Participação Política (7) e Intersetorial (6) funcionam como temas-meio, focados nos instrumentos (leis, participação, articulação) necessários para viabilizar as demandas dos temas maiores.

Análise Detalhada dos Temas Estratégicos

Tema: Território, Meio Ambiente e Clima (35 Propostas)

Palavras-chave: territórios, ambientais, indígenas, gestão, proteção, climáticas, emergências, biomas, ações, mulheres.

Exemplos: E1_Prio_06 (aprovação da PNGATI em lei), E2_Prio_02 (elaboração de planos de contingência climática) e E2_Apro_12 (fortalecimento dos conhecimentos ancestrais para mitigação climática).

Nuvem de palavras: Território, Meio Ambiente e Clima

Tema: Território, Meio Ambiente e Clima



O tema “**Território, Meio Ambiente e Clima**” conecta o espaço físico (território) à sustentabilidade (ambiental) e à urgência (emergências climáticas). As propostas focam na gestão ativa e na proteção dos biomas como condição para a vida, refletindo uma visão integrada onde a pauta climática é inseparável da pauta territorial. A nuvem de palavras para o tema ilustra a profunda interconexão entre esses três elementos na visão das mulheres indígenas. A análise visual do vocabulário confirma a centralidade da terra como espaço de vida, cultura e ação política.

O **Eixo Central**: As palavras de maior destaque — **territórios, indígenas, mulheres e proteção** — formam o eixo central da discussão. Isso demonstra que a pauta não é apenas sobre “meio ambiente” de forma genérica, mas sobre a proteção dos territórios a partir da perspectiva das mulheres indígenas.

A Natureza da Ação: A frequência de termos como **gestão**, **políticas**, **ações** e **garantir** revela

a natureza pragmática das propostas. A nuvem mostra que a relação com o território e o clima é mediada pela exigência de políticas públicas concretas. A presença de **saúde** como um termo relevante dentro desta nuvem é um exemplo da conexão intersetorial: a degradação ambiental e as emergências climáticas são vistas como causas diretas de problemas de saúde, unindo propostas de diferentes eixos sob este tema.

O Vocabulário da Ameaça e da Solução: A nuvem também contrapõe as ameaças e as soluções. Palavras como **climáticas** e **emergências** definem a urgência do problema. Em contrapartida, termos como **gestão**, **proteção**, **saberes** e **formação** apontam para as soluções propostas, que envolvem tanto a ação do Estado quanto o fortalecimento da autonomia e do conhecimento das próprias comunidades.

Em resumo, a nuvem de palavras para este tema demonstra visualmente que a pauta ambiental e climática é, fundamentalmente, uma pauta territorial e de direitos. O vocabulário compartilhado de “proteção”, “gestão” e “saúde” materializa a compreensão de que a vida e o bem-estar das mulheres indígenas dependem diretamente da integridade de seus territórios.

Tema: Proteção, Violência de Gênero e Acolhimento (32 Propostas)

Palavras-chave: mulheres, indígenas, violência, proteção, gênero, meninas, ações, combate, enfrentamento, acolhimento.

Exemplos: E3_Prio_04 (criação das Casas da Mulher Indígena), E3_Prio_06 (programa de combate à exploração sexual) e E4_Prio_05 (ações de combate à violência obstétrica).

Este é o coração temático da conferência, alinhado ao objetivo do “Projeto Guardiãs” de erradicar a violência de gênero. As propostas aqui são concretas e voltadas para a ação estatal, exigindo a criação de infraestrutura de apoio e políticas de proteção. A análise mostra a conexão direta entre as propostas do Eixo 3 (Políticas Públicas e Violência) e do Eixo 4 (Saúde).

A nuvem de palavras deste tema oferece uma representação visual imediata de sua centralidade e de sua natureza intersetorial. A nuvem funciona como um resumo visual da complexidade do tema, mostrando não apenas o “quê” (violência contra mulheres indígenas), mas também o “como” (através de políticas intersetoriais de saúde, acolhimento e proteção) e o “para quem” (mulheres e meninas).

O Núcleo da Demanda: As palavras de maior destaque — **mulheres**, **indígenas**, **violência** e **proteção** — formam o núcleo desta temática estratégica. Elas estabelecem o sujeito (mulheres indígenas), o problema central (violência) e a demanda primária (proteção), confirmando o alinhamento com os objetivos da conferência.

Tema: Proteção, Violência de Gênero e Acolhimento



A **Conexão Intersetorial**: A riqueza da visualização está na proeminência de termos que demonstram a natureza transversal desta pauta. A alta frequência de palavras como **saúde**, **atendimento** e **acolhimento** é a evidência visual de que o enfrentamento à violência não é visto apenas como uma questão de segurança pública, mas está profundamente ligado à garantia de saúde (física e mental) e à criação de estruturas de apoio. A nuvem materializa a conexão entre os Eixos 3 e 4, mostrando que, para as proponentes, combater a violência exige oferecer saúde e acolhimento.

O **Vocabulário da Solução**: Além de diagnosticar o problema, a nuvem de palavras destaca o vocabulário das soluções. Termos como **ações**, **políticas**, **programa** e **garantir** indicam que as demandas são direcionadas à ação do Estado. **Casas** e **acolhimento** apontam para a necessidade de infraestrutura física de suporte, como as Casas da Mulher Indígena.

Palavras-chave: educação, formação, mulheres, indígenas, saberes, escolares, garantir, promover, superior, ensino.

Este tema abrange toda a jornada educacional, desde a reestruturação da educação escolar indígena até o acesso e permanência no ensino superior. Há uma forte ênfase na necessidade de uma educação intercultural, que valorize os saberes ancestrais, e na formação política e técnica das mulheres indígenas.

Tema: Educação, Formação e Saberes Ancestrais



A nuvem de palavras deste tema ilustra visualmente a abrangência e a especificidade das demandas educacionais das mulheres indígenas. Em resumo, a nuvem evidencia uma visão de educação integral, que busca não apenas a inclusão no sistema formal, mas também a criação de processos formativos que fortaleçam a identidade, a autonomia política e a capacidade de gestão das mulheres indígenas sobre seus saberes e seus territórios.

O Eixo Duplo da Demanda: As palavras de maior destaque revelam um eixo duplo. Por um lado, termos como **educação, escolar, ensino e superior** apontam para a necessidade de acesso, permanência e reforma dentro do **sistema de educação formal**. Por outro lado, a forte presença de **formação e saberes** indica uma demanda igualmente importante por processos educativos que vão além da sala de aula, focando na **capacitação política e técnica** e na valorização dos **conhecimentos ancestrais**.

A Natureza Intersetorial: A relevância de palavras como **culturais e territórios** dentro desta nuvem demonstra a natureza intersetorial do tema. A análise visual mostra que a educação proposta não é desvinculada da realidade, mas sim uma ferramenta para o fortalecimento cultural e para a gestão dos territórios. Isso conecta propostas do Eixo 5 (Educação) com demandas presentes em outros eixos, como o Eixo 1 (Território) e o Eixo 3 (Políticas Públicas), que frequentemente mencionam a necessidade de formação como um pilar para a autonomia.

O Foco na Ação e no Sujeito: Assim como em outros temas, o vocabulário da solução é proeminente. O verbo **garantir** se destaca, reforçando o tom de exigência por políticas eficazes. As palavras **mulheres e indígenas** são centrais, especificando que todas as demandas, desde a reforma de currículos até a oferta de concursos, devem ter um recorte de gênero e etnia bem definidos.

Tema: Participação Política e Controle Social (14 Propostas)

Palavras-chave: mulheres, indígenas, participação, conselhos, políticas, espaços, direitos, social, instâncias, controle.

Exemplos: E3_Prio_03 (garantir a participação paritária e fortalecer a “Bancada do Co-car”) e E4_Prio_08 (garantir reserva de 50% das vagas para mulheres indígenas nos Conselhos de Saúde).

Este tópico trata da agência e do poder. As propostas exigem a presença e a participação efetiva das mulheres indígenas em todos os espaços de poder e deliberação, desde conselhos de saúde e educação até a representação política. A demanda não é apenas por serem ouvidas, mas por terem poder de decisão. A nuvem de palavras deste tema traduz visualmente o vocabulário da cidadania ativa e da luta por representatividade.

O Vocabulário da Agência Política: Na nuvem de palavras, as palavras mais proeminentes são **participação, mulheres, indígenas, políticas e espaços**. A combinação desses termos é explícita: trata-se da demanda das mulheres indígenas pela participação efetiva nos espaços onde as políticas são formuladas e decididas. O tamanho da palavra participação a estabelece como a ação central e definidora deste agrupamento temático.

Os Espaços de Poder: A nuvem também especifica onde essa participação deve ocorrer. A relevância de **conselhos, instâncias e social** (frequentemente parte da expressão “controle social”) aponta para os mecanismos formais de deliberação e fiscalização das políticas públicas. Isso demonstra que as propostas não são apenas um chamado genérico por mais voz, mas uma estratégia direcionada para ocupar as estruturas de poder existentes.

Nuvem de palavras: Participação Política e Controle Social

Tema: Participação Política e Controle Social



A Conexão Intersetorial: A presença destacada da palavra **direitos** nesta nuvem funciona como um elo com os outros temas. Ela mostra que a participação não é um fim em si mesma, mas um meio para garantir todos os outros direitos — sejam eles territoriais, de saúde ou de educação. Isso materializa a ideia de que, sem poder político e representatividade, as outras demandas correm o risco de não serem implementadas.

Em resumo, a nuvem de palavras deste tema ilustra uma agenda política clara e articulada. O vocabulário não é de reivindicação por poder de decisão, mostrando que a autonomia das mulheres indígenas passa necessariamente pela ocupação de espaços estratégicos de controle e formulação de políticas públicas.

Tema: Saúde da Mulher e Saberes Tradicionais (13 Propostas)

Palavras-chave: saúde, mulheres, atendimento, equipes, indígenas, profissionais, assegurando, mental, SasiSUS, ações.

A **Conexão entre Saúde Oficial e Tradicional**: A riqueza desta nuvem está em como ela visualiza a demanda por uma saúde intercultural. A presença de **saberes e tradicionais** como termos relevantes mostra que a pauta não se limita a replicar o modelo de saúde não-indígena. Pelo contrário, a análise visual indica que propostas do Eixo 4 (Saúde) estão semanticamente ligadas a propostas do Eixo 5 (Educação e Saberes Ancestrais). A nuvem materializa a demanda por um sistema que integre profissionais da saúde ocidental com praticantes dos saberes tradicionais, como parteiras e curandeiras, conforme detalhado na proposta E4_Prio_07.

Especificidades do Cuidado: A relevância de termos como **mental** e **cuidado** aponta para uma concepção de saúde integral, que vai além do tratamento de doenças e abrange o bem-estar psicossocial. Isso se conecta diretamente com propostas do tema de “Proteção e Violência”, que também demandam acolhimento e apoio psicossocial.

Em resumo, a nuvem de palavras ilustra uma agenda de saúde pragmática que exige a estruturação de equipes e do SasiSUS e, ao mesmo tempo, demanda que este sistema seja intercultural e valorize os saberes tradicionais como parte essencial do cuidado e do atendimento às mulheres indígenas.

Tema: Direitos Territoriais e Legislação (9 Propostas)

Palavras-chave: indígenas, territórios, demarcação, direitos, povos, garantir, lei, nacional, política, mulheres.

Exemplos: E1_Prio_01 (Garantir a demarcação, homologação, ampliação, desintrusão...), E1_Prio_02 (Revogar a tese inconstitucional do marco temporal) e E1_Apro_07 (Garantir a desintrusão de todos os territórios).

Este agrupamento foca especificamente na base legal e política para a garantia dos direitos territoriais. A linguagem é a da efetivação de direitos, exigindo do Estado o cumprimento de suas obrigações constitucionais. A nuvem de palavras deste tema destaca o vocabulário eminentemente **jurídico e político** da luta pela terra, confirmando sua distinção em relação ao tema de gestão ambiental.

Nuvem de palavras: Direitos Territoriais e Legislação

Tema: Direitos Territoriais e Legislação



ANÁLISE DE PROXIMIDADE: ESTUDOS DE CASO DE SIMILARIDADE

Esta seção final busca identificar os “parentescos conceituais” entre propostas específicas. O objetivo é responder à pergunta: independentemente do Eixo Temático a que pertencem, quais propostas compartilham a mesma intenção? Para isso, foi empregada uma metodologia de comparação de similaridade de texto.

O resultado é uma matriz que quantifica a proximidade conceitual entre todas as propostas da conferência. Para tornar essa análise mais focada e compreensível, foram selecionadas cinco propostas-chave de diferentes eixos para servirem como estudos de caso. A análise a seguir apresenta, para cada uma delas, as cinco propostas mais similares encontradas pela

análise, seguida de uma interpretação qualitativa sobre a natureza dessas conexões.

Caso 1: A Centralidade da Demarcação de Territórios (Ref.: E1_Prio_01)

A proposta E1_Prio_01, que trata da “demarcação, homologação, ampliação, desintrusão e proteção permanente dos territórios”, é uma das mais centrais da conferência. A análise revela que suas propostas mais similares são as seguintes:

Proposta	Eixo	Status	Resumo
E1_Apro_07	1	Aprovada	Garantir a desintrusão de todos os territórios...
E1_Prio_02	1	Priorizada	Revogar a tese inconstitucional do marco temporal
E2_Apro_06	2	Aprovada	Fortalecer institucional e financeiramente o MPI...
E1_Apro_14	1	Aprovada	Assegurar direitos e demarcação para territórios em retomada
E1_Apro_16	1	Aprovada	Assegurar a proteção dos povos indígenas isolados...

A análise conecta a proposta de demarcação com outras pautas territoriais diretas, como a desintrusão e a revogação do marco temporal. Uma conexão reveladora se dá com a E2_Apro_06 (“Fortalecer o MPI e a FUNAI”). Isso demonstra que a análise semântica conecta a **ação** (demarcar) com o **instrumento** (órgãos estatais fortalecidos), mostrando que a efetivação de direitos territoriais é vista como dependente da capacidade institucional do Estado.

Caso 2: A Intersectorialidade dos Planos de Contingência Climática (Ref.: E2_Prio_02)

A proposta E2_Prio_02, sobre “elaborar e implementar políticas públicas e planos de contingência para mitigação das emergências climáticas”, serve como um excelente exemplo da natureza transversal das pautas.

Proposta	Eixo	Status	Resumo
E2_Apro_12	2	Aprovada	Reconhecer e fortalecer os conhecimentos ancestrais...
E1_Apro_12	1	Aprovada	Consolidar um programa de proteção territorial...
E2_Prio_07	2	Priorizada	Priorizar um programa de proteção das defensoras...
E3_Apro_13	3	Aprovada	Elaborar e implementar o Plano Nacional de Enfrentamento...
E1_Apro_04	1	Aprovada	Criar um Programa de Restauração Produtiva...

Este caso é notável pela diversidade de conexões. A proposta sobre planos climáticos é, quanto ao conteúdo, similar a propostas sobre **saberes ancestrais** (E2_Apro_12), **proteção territorial** (E1_Apro_12) e **restauração produtiva** (E1_Apro_04). Uma conexão surpreendente é com a proposta E3_Apro_13 (“Plano Nacional de Enfrentamento à Violência”). A análise detectou uma **similaridade estrutural**: ambas as propostas demandam “Elaborar e implementar Planos Nacionais” com “ações estruturantes” e “políticas integradas”, mesmo que para fins diferentes (clima e violência).

Caso 3: A Infraestrutura do Cuidado (Ref.: E3_Prio_04)

A proposta E3_Prio_04, que demanda a criação das “Casas da Mulher Indígena (CAMIs)”, revela um conjunto de propostas focadas na criação de espaços físicos de apoio.

Proposta	Eixo	Status	Resumo
E4_Prio_02	4	Aprovada	Implantar casas de saúde indígena, casas de parteira...
E4_Prio_03	4	Aprovada	Garantir espaços de acolhimento seguros para mulheres...
E3_Prio_05	3	Priorizada	Implementar Centros de Referência da Mulher Indígena
E3_Apro_20	3	Aprovada	...assegurando a criação de Centros de Acolhimento...
E3_Apro_17	3	Aprovada	...criação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)...

Este resultado comprova a conexão entre as pautas de **Saúde (Eixo 4)** e **Enfrentamento à Violência (Eixo 3)**. A demanda por um espaço de proteção (CAMIs) é similar à demanda por espaços de cuidado (casas de saúde) e acolhimento. A análise identificou um tema transversal focado na **“infraestrutura do cuidado”**, mostrando que a solução para diferentes problemas converge na necessidade de criar espaços físicos seguros e de apoio.

Caso 4: A Institucionalização dos Saberes Tradicionais (Ref.: E4_Prio_06)

A proposta E4_Prio_06, sobre o “fortalecimento da medicina tradicional indígena no Sasi-SUS”, mostra uma estratégia holística que conecta saúde, cultura e educação.

Proposta	Eixo	Status	Resumo
E4_Prio_07	4	Aprova-da	Garantir recursos para a contratação, regulamentação e valorização de parteiras, raizeiras...
E4_Apro_03	4	Aprova-da	Implantar núcleos indígenas nos serviços de média e alta complexidade do SUS.
E4_Apro_08	4	Aprova-da	Garantir orçamento para a ampliação do quadro de profissionais no SasiSUS...
E5_Apro_02	5	Aprova-da	Transformar a Ação Saberes Indígenas na Escola em política pública...
E4_Apro_06	4	Aprova-da	Assegurar políticas para a participação de mulheres... conhecedoras de ervas medicinais junto às escolas...

A análise de similaridade revela uma estratégia completa para a valorização dos saberes. A proposta central (E4_Prio_06) se conecta diretamente com a valorização das **praticantes** desse saber (E4_Prio_07) e com a **integração** no sistema de saúde oficial (E4_Apro_03, E4_Apro_08). Ela também se conecta com propostas do **Eixo 5 (Educação)**, como a E5_Apro_02 e a E4_Apro_06, que tratam da **transmissão** desse conhecimento. A rede de similaridade mostra uma pauta que vai da prática à institucionalização e à perpetuação dos saberes.

Caso 5: A Estratégia Transversal das Ações Afirmativas (Ref.: E5_Prio_01)

A proposta E5_Prio_01, sobre “garantir cotas específicas para mulheres indígenas nos processos seletivos”, revela como a ação afirmativa é vista como uma ferramenta para diferentes áreas.

Proposta	Eixo	Status	Resumo
E5_Prio_02	5	Priorizada	Implementar políticas de permanência e proteção social...
E3_Apro_05	3	Aprovada	Garantir a realização de concursos públicos específicos e cotas de gênero...
E4_Prio_08	4	Aprovada	Garantir reserva de 50% das vagas para mulheres indígenas nos Conselhos Locais de Saúde...
E5_Apro_03	5	Aprovada	Combater o racismo institucional e promover a igualdade de gênero na educação.
E3_Apro_09	3	Aprovada	Estabelecer cotas para mulheres indígenas nos Conselhos Tutelares...

A análise identificou o mecanismo de **“cotas”** e **“reserva de vagas”** como o principal elo entre esse grupo de propostas. Uma proposta sobre cotas na **educação** (E5_Prio_01) é similar a propostas de cotas no **serviço público** (E3_Apro_05) e em **espaços de participação política** (E4_Prio_08, E3_Apro_09). Isso demonstra que a ação afirmativa é entendida como uma estratégia transversal para combater desigualdades e promover a inclusão em diversas frentes, não se limitando apenas ao acesso à universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aprofundada das 122 propostas da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas revela um panorama complexo e altamente articulado de demandas que, embora segmentadas em cinco eixos temáticos, formam um sistema coeso e interdependente de reivindicações. A aplicação de uma metodologia híbrida, combinando análise qualitativa com técnicas de Processamento de Linguagem Natural, permitiu ir além da catalogação das propostas para mapear a arquitetura de suas ideias e a intersetorialidade de suas pautas.

As conclusões centrais dessa análise são:

- **A Centralidade da Terra como Condição Prévia:** A análise quantitativa e qualitativa confirma que a questão territorial é o pilar fundamental das propostas da conferência. Os temas de “**Território, Meio Ambiente e Clima**” e “**Direitos Territoriais e Legislação**” juntos somam 44 propostas, e o vocabulário relacionado à “demarcação” e “proteção” é onipresente. Isso pode indicar que, na visão das mulheres indígenas, a segurança jurídica e a gestão autônoma de seus territórios são condições prévias para a efetivação de todos os outros direitos, incluindo saúde, educação e segurança.
- **A Inseparabilidade entre Saúde e Enfrentamento à Violência:** Um achado significativo da análise de relações é a interconexão entre as pautas de **Saúde (Eixo 4)** e de **Enfrentamento à Violência de Gênero (Eixo 3)**. A análise de similaridade conecta propostas de “Casas da Mulher Indígena” com “casas de saúde”, indicando que as soluções para a violência passam pela estruturação de uma rede de cuidado e acolhimento. A demanda não é apenas por segurança, mas por uma política de saúde integral que aborde o bem-estar físico e mental como componente essencial da proteção.
- **A Demanda por Agência Política e Estruturas de Financiamento:** De forma transversal a todos os eixos, emergem duas estratégias centrais: a **participação política das mulheres indígenas** e a **criação de mecanismos de financiamento**. A recorrência de propostas que exigem participação paritária em conselhos, cotas e fortalecimento da representação política demonstra uma demanda por agência e poder de decisão. Paralelamente, a insistência na criação de fundos específicos (Fundo de Gestão Ambiental, Fundo de Emergências Climáticas, Fundo Nacional das Mulheres Indígenas) revela uma estratégia pragmática para garantir a autonomia e a sustentabilidade financeira das políticas propostas, desvinculando-as de orçamentos genéricos e sujeitos a contingenciamento.

A 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas produziu um sofisticado conjunto de propostas, que articula a necessidade de políticas públicas com recortes de gênero e etnia e demonstra uma compreensão da interdependência entre direitos territoriais, bem-estar, autonomia econômica e participação política. Os resultados desta análise fornecem um roteiro para a formulação de ações estatais que sejam, de fato, alinhadas com as demandas e a visão de mundo das mulheres indígenas do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, T. H. C.; CHAVES, K.** “Mulheres indígenas e a reconstrução da política indigenista no Brasil”. **Portal FGV**, 07 de fevereiro de 2023.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ).** “Artigo destaca movimentos de mulheres indígenas e suas conquistas de direitos”. **Agência CNJ de Notícias**, 18 de março de 2022.
- FERREIRA, L. O.** “Saúde e relações de gênero: uma reflexão sobre os desafios para a implantação de políticas públicas de atenção à saúde da mulher indígena”. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(4), 1151-1159, 2013.
- GIBBS, Graham.** **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GRUBITS, Sonia.** “Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas”. **Psicologia & Sociedade**, 20(1), 74-83, 2008.
- IBM.** “O que é similaridade de cosseno?”. **IBM Think**, Acessado em 17 de setembro de 2025.
- MARTINS, C. R.** “Mulheres indígenas dentro da política brasileira: um estudo da atuação no legislativo N no executivo federal entre 2019 N 2023”. **Programa de Iniciação Científica - PIC/ UniCEUB - Relatórios de Pesquisa**, 2024.
- PROVOST, Foster; FAWCETT, Tom.** **Data Science for Business: What you need to know about data mining and data-analytic thinking**. Sebastopol (USA): O'Reilly Media, Inc., 2013.
- VAYANSKY, I., & KUMAR, S. A.** “A review of topic modeling methods”. **Information Systems**, 94, 101582, 2020.

Documentação Oficial das Bibliotecas Python:

- **NLTK (Natural Language Toolkit):** <https://www.nltk.org/>
- **Scikit-learn:** <https://scikit-learn.org/stable/documentation.html>
- **Gensim:** <https://radimrehurek.com/gensim/>
- **Pandas:** <https://pandas.pydata.org/docs/>

Relevância: As documentações oficiais são as fontes primárias para a metodologia e a implementação de todas as funções e algoritmos de pré-processamento, análise de frequência, modelagem de tópicos e cálculo de similaridade utilizados no estudo.